Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017 9

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 17

Demonstração do Fluxo de Caixa 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017 19

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 20

Demonstração do Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 24

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 63

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião 66

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 69

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 70

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	49.192
Preferenciais	0
Total	49.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.195.902	2.278.195
1.01	Ativo Circulante	88.184	80.943
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.774	5.931
1.01.01.01	Caixa e Bancos	453	329
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.321	5.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.611	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.611	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	4.611	0
1.01.03	Contas a Receber	19.938	17.775
1.01.03.01	Clientes	19.938	17.775
1.01.04	Estoques	34.834	36.543
1.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	34.834	36.543
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.211	11.334
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.211	11.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.816	9.360
1.01.08.03	Outros	11.816	9.360
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	3.004	2.723
1.01.08.03.07	Outros Ativos	8.812	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	2.107.718	2.197.252
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.371	23.167
1.02.01.03	Contas a Receber	4.675	6.986
1.02.01.03.01	Clientes	4.675	6.986
1.02.01.04	Estoques	3.696	3.651
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	3.696	3.651
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	12.530
1.02.01.09.03	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	0	12.530
1.02.02	Investimentos	2.069.584	2.140.807
1.02.02.01	Participações Societárias	2.069.584	2.140.807
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.571	6.835
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.054.627	2.068.870
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.386	65.102
1.02.03	Imobilizado	1.837	1.818
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.837	1.818
1.02.04	Intangível	27.926	31.460
1.02.04.01	Intangíveis	27.926	31.460

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.195.902	2.278.195
2.01	Passivo Circulante	4.559.832	3.207.235
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.926	861
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.926	861
2.01.02	Fornecedores	25.355	22.952
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.355	22.952
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.222	1.301
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.222	1.301
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	1.239	543
2.01.03.01.05	Tributos parcelados	2.801	284
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	182	474
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.310.790	1.591.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	480.008	45.398
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	480.008	45.398
2.01.04.02	Debêntures	1.830.782	1.546.357
2.01.05	Outras Obrigações	2.201.732	1.557.532
2.01.05.02	Outros	2.201.732	1.557.532
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	8.526	4.517
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	34	34
2.01.05.02.09	Outros Passivos	15.700	10.606
2.01.05.02.10	Obrigação por Emissão de CCB/CCI	2.177.472	1.542.375
2.01.06	Provisões	15.807	32.834
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.705	32.736
2.01.06.01.05	Provisão para contingências	15.705	32.736
2.01.06.02	Outras Provisões	102	98
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	102	98
2.02	Passivo Não Circulante	1.816.378	2.443.161
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	420.010
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	385.401
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	385.401
2.02.01.02	Debêntures	0	34.609
2.02.02	Outras Obrigações	1.782.855	1.980.217
2.02.02.02	Outros	1.782.855	1.980.217
2.02.02.02.08	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	98.014	116.549
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	0	499.595
2.02.02.02.10	Tributos Parcelados	3.225	0
2.02.02.02.15	Outros Passivos	1.681.616	1.364.073
2.02.04	Provisões	33.523	42.934
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.006	42.487
2.02.04.01.09	Provisão para contingências	33.006	42.487
2.02.04.02	Outras Provisões	517	447
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	517	447
2.03	Patrimônio Líquido	-4.180.308	-3.372.201
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.917.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.731	1.236.706
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.746	1.206.746

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.985	29.960
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.334.882	-9.526.750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	631	840	7.960	8.454
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-947	-4.987	-6.440	-7.314
3.03	Resultado Bruto	-316	-4.147	1.520	1.140
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-289.790	-460.165	-590.506	-831.782
3.04.01	Despesas com Vendas	-2	-76	-916	-1.606
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.958	-35.335	-14.488	-28.626
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	802
3.04.04.02	Outras	0	0	0	802
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-101.417	-110.647	-167.774	-179.557
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-226	-17.592	-145	-319
3.04.05.02	Depreciações/Amortizações	-5.311	-7.502	-2.187	-6.297
3.04.05.04	Perdas em Participações Societárias	0	0	-123.921	-127.767
3.04.05.05	Outras	-95.880	-85.553	-41.521	-45.174
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-175.413	-314.107	-407.328	-622.795
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-290.106	-464.312	-588.986	-830.642
3.06	Resultado Financeiro	-307.185	-432.378	-150.901	-319.470
3.06.01	Receitas Financeiras	3.757	4.637	2.675	6.446
3.06.02	Despesas Financeiras	-310.942	-437.015	-153.576	-325.916
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-597.291	-896.690	-739.887	-1.150.112
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	64.879	88.558	-116	-368
3.08.01	Corrente	-22.285	1.604	-116	-368
3.08.02	Diferido	87.164	86.954	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-532.412	-808.132	-740.003	-1.150.480
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-532.412	-808.132	-740.003	-1.150.480
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-10,82314	-16,42812	-15,04316	-23,38754
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.02.01	ON	-10,82314	-16,42812	-15,04316	-23,38754

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-532.412	-808.132	-740.003	-1.150.480
4.03	Resultado Abrangente do Período	-532.412	-808.132	-740.003	-1.150.480

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.412	128.152
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.420	-70.756
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-896.690	-1.150.112
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.742	6.297
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Participações Societárias	0	127.767
6.01.01.05	Despesas Financ. Juros Passivos e Variação Monetária	435.215	317.206
6.01.01.07	Apropiação de Despesas com stand	0	21
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	25	747
6.01.01.09	Baixa por impairment sobre ágio, juros e estoque de imóveis	1.760	0
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	314.107	622.795
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	-25.939	2.086
6.01.01.14	Outros	173.281	1.999
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	960	0
6.01.01.16	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-2.041	438
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.167	311.286
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a Receber	0	6.492
6.01.02.03	Contas a Receber	2.189	22.417
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	1.545	6.498
6.01.02.09	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	-6.005	0
6.01.02.10	Aplicações finaneiras	-4.611	0
6.01.02.16	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	3.955	5.506
6.01.02.17	Fornecedores	2.403	385
6.01.02.20	Outras Movimentações	-3.643	269.988
6.01.03	Outros	-14.665	-112.378
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-1.314	-176
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos	-13.351	-112.202
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-408	130.810
6.02.01	(Aumento) Redução de Part. em Coligadas e Controladas	0	45.645
6.02.03	Intangível	-181	-1.403
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	86.568
6.02.08	Aquisição de Imobilizado	-227	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.663	-256.552
6.03.01	Captações de empréstimos	56.758	50.000
6.03.02	Amortizações de empréstimos	-44.095	-306.552
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-157	2.410
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.931	17.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.774	19.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	25	0	0	0	25
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	25	0	0	0	25
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-808.132	0	-808.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-808.132	0	-808.132
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.731	0	-10.334.882	0	-4.180.308

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	747	0	0	0	747
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	747	0	0	0	747
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.150.480	0	-1.150.480
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.150.480	0	-1.150.480
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.092	0	-5.369.413	0	784.522

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	1.756	9.527
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.613	7.096
7.01.02	Outras Receitas	143	2.431
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-120.074	-192.077
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.987	-7.314
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.534	-12.624
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-127.767
7.02.04	Outros	-85.553	-44.372
7.03	Valor Adicionado Bruto	-118.318	-182.550
7.04	Retenções	-7.502	-6.297
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.502	-6.297
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-125.820	-188.847
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-309.470	-616.349
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-314.107	-622.795
7.06.02	Receitas Financeiras	4.637	6.446
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-435.290	-805.196
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-435.290	-805.196
7.08.01	Pessoal	4.998	14.233
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.720	13.038
7.08.01.02	Benefícios	82	198
7.08.01.03	F.G.T.S.	196	997
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-69.173	5.067
7.08.02.01	Federais	-69.173	4.937
7.08.02.03	Municipais	0	130
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	437.017	325.984
7.08.03.01	Juros	435.215	321.302
7.08.03.02	Aluguéis	2	68
7.08.03.03	Outras	1.800	4.614
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-808.132	-1.150.480
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-808.132	-1.150.480

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.103.462	4.651.014
1.01	Ativo Circulante	2.738.979	2.704.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	182.539	200.973
1.01.01.01	Caixa e Bancos	58.761	49.482
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	123.778	151.491
1.01.02	Aplicações Financeiras	61.279	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	61.279	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	61.279	0
1.01.03	Contas a Receber	1.165.374	1.249.963
1.01.03.01	Clientes	1.165.374	1.249.963
1.01.04	Estoques	1.260.434	1.166.612
1.01.04.01	Estoque de Imóveis a Comercializar	1.260.434	1.166.612
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.647	44.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.647	44.117
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.291	7.763
1.01.07.01	Despesas a Apropriar	7.291	7.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	39.415	34.778
1.01.08.03	Outros	39.415	34.778
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	25.953	24.564
1.01.08.03.10	Impostos Diferidos	13.462	10.214
1.02	Ativo Não Circulante	1.364.483	1.946.808
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.246.984	1.762.472
1.02.01.03	Contas a Receber	421.245	772.702
1.02.01.03.01	Clientes	421.245	772.702
1.02.01.04	Estoques	547.746	706.102
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	547.746	706.102
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	277.993	283.668
1.02.01.09.03	Contas Correntes c/ Parceiros nos Empreendimentos	91.915	60.165
1.02.01.09.10	Outros Créditos	166.218	223.503
1.02.01.09.13	Tributos Correntes a Recuperar	19.860	0
1.02.02	Investimentos	48.052	49.012
1.02.02.01	Participações Societárias	48.052	49.012
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	48.052	49.012
1.02.03	Imobilizado	24.403	27.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.403	27.640
1.02.04	Intangível	45.044	107.684
1.02.04.01	Intangíveis	45.044	107.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.103.462	4.651.014
2.01	Passivo Circulante	6.812.752	5.807.432
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.478	44.798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.478	44.798
2.01.02	Fornecedores	298.910	251.319
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	298.910	251.319
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.182	283.804
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.182	283.804
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.894	97.562
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	36.908	45.483
2.01.03.01.05	Tributos Parcelados	36.132	4.198
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	32.248	136.561
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.158.196	2.559.948
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.327.414	1.013.591
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.327.414	1.013.591
2.01.04.02	Debêntures	1.830.782	1.546.357
2.01.05	Outras Obrigações	2.800.870	2.278.978
2.01.05.02	Outros	2.800.870	2.278.978
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	70.544	85.825
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	134.644	188.928
2.01.05.02.06	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	5.614	5.798
2.01.05.02.07	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	18.790	24.411
2.01.05.02.09	Outros Passivos	128.944	162.472
2.01.05.02.10	Obrigação por Emissão de CCB/CCI	2.437.214	1.811.544
2.01.05.02.11	Contrato de Mútuo	5.120	0
2.01.06	Provisões	391.116	388.585
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	338.437	336.757
2.01.06.01.05	Provisão para Contingências	338.437	336.757
2.01.06.02	Outras Provisões	52.679	51.828
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	52.679	51.828
2.02	Passivo Não Circulante	1.475.031	2.258.084
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	422.180
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	387.571
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	387.571
2.02.01.02	Debêntures	0	34.609
2.02.02	Outras Obrigações	672.400	1.064.591
2.02.02.02	Outros	672.400	1.064.591
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes	81.864	72.368
2.02.02.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	59.593	34.701
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias Diferidas	55.642	44.919
2.02.02.02.08	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	167.201	131.615
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	0	501.040
2.02.02.02.10	Tributos Parcelados	34.463	24.667
2.02.02.02.15	Outros Passivos	273.637	255.281
2.02.04	Provisões	802.631	771.313
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	759.638	720.423

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.09	Provisão para Contingências	759.638	720.423
2.02.04.02	Outras Provisões	42.993	50.890
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	42.993	50.890
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-4.184.321	-3.414.502
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.917.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.731	1.236.706
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.746	1.206.746
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.985	29.960
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.334.882	-9.526.750
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4.013	-42.301

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	158.197	276.213	119.833	259.619
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-100.836	-216.792	-176.907	-332.691
3.03	Resultado Bruto	57.361	59.421	-57.074	-73.072
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-418.368	-518.492	-485.443	-674.259
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.059	-10.977	-31.321	-55.792
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.799	-75.877	-55.320	-110.104
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	4.070	17.196
3.04.04.02	Outras	0	0	4.070	17.196
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-384.590	-430.738	-405.465	-528.338
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-4.158	-12.655	-4.248	-6.078
3.04.05.02	Depreciações/Amortizações	-11.980	-18.626	-6.110	-28.020
3.04.05.04	Perdas em Participações Societárias	-18.536	-23.964	-128.212	-143.026
3.04.05.05	Outras	-349.916	-375.493	-266.895	-351.214
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-920	-900	2.593	2.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-361.007	-459.071	-542.517	-747.331
3.06	Resultado Financeiro	-344.828	-519.965	-186.646	-377.122
3.06.01	Receitas Financeiras	14.992	13.297	23.661	65.043
3.06.02	Despesas Financeiras	-359.820	-533.262	-210.307	-442.165
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-705.835	-979.036	-729.163	-1.124.453
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	177.916	179.348	-15.931	-31.181
3.08.01	Corrente	-28.137	-9.876	-24.735	-47.334
3.08.02	Diferido	206.053	189.224	8.804	16.153
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-527.919	-799.688	-745.094	-1.155.634
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-527.919	-799.688	-745.094	-1.155.634
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-532.412	-808.132	-740.003	-1.150.480
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.493	8.444	-5.091	-5.154
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.01.01	ON	-10,82314	-16,42812	-15,04316	-23,38754
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-10,82314	-16,42812	-15,04316	-23,38754

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-527.919	-799.688	-745.094	-1.155.634
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-527.919	-799.688	-745.094	-1.155.634
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-532.412	-808.132	-740.003	-1.150.480
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.493	8.444	-5.091	-5.154

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	107.643	473.492
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-177.052	-453.442
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-979.036	-1.124.453
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	18.626	28.020
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Participações Societárias	23.964	143.026
6.01.01.05	Despesas Financeiras, Juros passivos e Var. Monetária	500.002	416.218
6.01.01.07	Apropiação de Despesas com stand	1.293	3.632
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	25	747
6.01.01.10	Baixa por impairment sobre ágio, juros e estoque de imóveis	162.564	0
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	900	-2.779
6.01.01.12	Ajuste a Valor Presente	-758	13.755
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	43.819	120.181
6.01.01.14	Outros	66.212	-68.443
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	0	11.005
6.01.01.16	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-14.663	5.649
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	356.065	1.130.443
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a receber	0	-3.139
6.01.02.03	Contas a Receber	394.687	984.512
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	758	1.350
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	-53.740	193.103
6.01.02.08	Despesas a Apropriar	0	-11.075
6.01.02.09	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	3.652	-8.757
6.01.02.10	Aplicações finaneiras	-61.279	0
6.01.02.13	Adiantamentos de Clientes	-9.750	1.970
6.01.02.14	Obrigações por Aquisição de Imóveis	9.611	-1.589
6.01.02.16	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	18.341	7.346
6.01.02.17	Fornecedores	47.591	26.583
6.01.02.20	Outras Movimentações	6.194	-59.861
6.01.03	Outros	-71.370	-203.509
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-18.632	-56.609
6.01.03.02	Juros pagos	-52.738	-146.900
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.565	-69.692
6.02.01	(Aumento) Redução de Part. em Coligadas e Controladas	5.000	-67.997
6.02.03	Intangível	-181	-1.403
6.02.08	Aquisições de imobilizado	-254	-502
6.02.09	Venda de imobilizado	0	210
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-130.642	-737.271
6.03.01	Captações de empréstimos	67.123	82.667
6.03.02	Amortizações de empréstimos	-197.765	-819.938
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.434	-333.471
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	200.973	604.093
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	182.539	270.622

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201	-42.301	-3.414.502
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201	-42.301	-3.414.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	25	0	0	0	25	29.844	29.869
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	25	0	0	0	25	0	25
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	29.844	29.844
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-808.132	0	-808.132	8.444	-799.688
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-808.132	0	-808.132	8.444	-799.688
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.731	0	-10.334.882	0	-4.180.308	-4.013	-4.184.321

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255	450.310	2.384.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255	450.310	2.384.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	747	0	0	0	747	-172.939	-172.192
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	747	0	0	0	747	0	747
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-172.939	-172.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.150.480	0	-1.150.480	-5.154	-1.155.634
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.150.480	0	-1.150.480	-5.154	-1.155.634
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.092	0	-5.369.413	0	784.522	272.217	1.056.739

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	279.309	272.511
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	291.285	219.602
7.01.02	Outras Receitas	-11.976	52.909
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-664.969	-895.755
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-216.792	-332.691
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.720	-86.020
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-23.964	-143.026
7.02.04	Outros	-375.493	-334.018
7.03	Valor Adicionado Bruto	-385.660	-623.244
7.04	Retenções	-18.626	-28.020
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.626	-28.020
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-404.286	-651.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.397	67.822
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-900	2.779
7.06.02	Receitas Financeiras	13.297	65.043
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-391.889	-583.442
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-391.889	-583.442
7.08.01	Pessoal	30.276	61.160
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.398	53.235
7.08.01.02	Benefícios	2.377	4.108
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.501	3.817
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-157.800	60.641
7.08.02.01	Federais	-157.787	57.655
7.08.02.03	Municipais	-13	2.986
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	535.323	450.391
7.08.03.01	Juros	500.002	423.579
7.08.03.02	Aluguéis	2.061	8.226
7.08.03.03	Outras	33.260	18.586
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-799.688	-1.155.634
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-808.132	-1.150.480
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8.444	-5.154

Mensagem da Administração

- Recuperação Judicial

Neste segundo trimestre, direcionamos os esforços, em conjunto com nossos assessores, para detalhar e discutir com os principais credores os Planos de Recuperação Judicial do Grupo PDG. Ao todo foram elaborados e entregues, em 06 de junho, 38 planos de Recuperação Judicial, compreendendo a PDG Realty e suas controladas.

O Plano principal tem como objetivo abranger a integralidade dos direitos e obrigações do Grupo PDG, com exceção dos patrimônios de afetação. Os outros 37 planos foram apresentados individualmente para contemplar os direitos e obrigações relativos a cada um dos Patrimônios de Afetação, assegurando aos seus respectivos credores a prioridade absoluta sobre os ativos, em respeito ao disposto na Lei. Tais Planos contemplam os meios de recuperação pelos quais acreditamos que será possível equacionar o atual descompasso de fluxo de caixa, manter a normalidade operacional, e permitir a continuidade das obras eventualmente paralisadas.

Entre os meios estabelecidos para recuperação estão: (i) o redimensionamento dos negócios do Grupo PDG; (ii) a reestruturação das dívidas sujeitas à Recuperação Judicial; e (iii) a captação de novos recursos.

No âmbito estratégico-operacional, iniciamos os estudos no sentido de identificar e possivelmente capturar eventuais oportunidades para futuros lançamentos, permitindo a continuidade do processo de retomada da Companhia, conforme previsto no Plano de Recuperação.

Após a entrega dos Planos, intensificamos a agenda de conversas com credores e demais *stakeholders* para apresentação e discussão de possíveis ajustes dentro do Plano, até a realização de assembleia geral de credores.

Neste sentido, no dia 04 de agosto, a Companhia divulgou Fato Relevante informando sobre o alinhamento de determinados aspectos da Recuperação Judicial com 3 de seus principais credores. Tal alinhamento inclui o tratamento a ser dado aos patrimônios de afetação das sociedades do Grupo e da Securitizadora, a destinação do produto dos ativos onerados aos Bancos e não vinculados a patrimônios de afetação, além da previsão de remuneração para o Grupo PDG pela gestão de ativos. É importante ressaltar que o alinhamento não cria obrigações para as Partes.

Ainda em 04 de agosto, foi protocolada petição conjunta, destacando que os pontos de alinhamento mencionados acima deverão ser detalhados e negociados entre as Partes, e a sua aceitação está condicionada à obtenção das aprovações cabíveis, bem como à elaboração de um novo plano de recuperação judicial que será apreciado em assembleia geral de credores.

- Resultados Operacionais

Em relação à parte operacional, continuamos trabalhando intensamente para manter a estrutura da PDG alinhada com as necessidades de sua operação, empreendendo constantes esforços na redução das despesas e na preservação do caixa.

A respeito da preservação do caixa, adotamos neste trimestre uma mudança relevante na estratégia de vendas, em que passamos a priorizar a venda de unidades sem ônus e, portanto, geradoras de caixa imediato, além de priorizar também a venda de unidades cujos recursos possam ser usados para pagar despesas da própria SPE.

Comentário do Desempenho

Desta forma, em função da estratégia de vendas adotada, as vendas brutas somaram R$63 milhões no 2T17, 22% abaixo do 1T17 e 82% abaixo do valor registrado no 2T16. Dos R$63 milhões vendidos dentro desta nova estratégia, R$40,6 milhões referem-se às vendas de unidades cujos recursos podem ser utilizados para despesas da própria SPE, e R$22,4 milhões referem-se às vendas de unidades que geraram caixa livre para a Companhia.

Durante o 2T17, o valor distratado foi de R$113 milhões, 20% menor que o valor registrado no 1T17, e 58% inferior ao montante observado no 2T16. Mesmo diante de um volume de distratos inferior ao dos últimos trimestres, continuamos priorizando a realização dos distratos de unidades com boa liquidez e livre de ônus, que serão geradoras de caixa livre no momento da revenda.

Portanto, em função do baixo volume de vendas brutas, e dos distratos registrados durante o 2T17, as vendas líquidas no período foram negativas em R$50 milhões.

A Companhia continua mantendo os esforços para entregar os projetos em andamento, procurando minimizar ao máximo o impacto para os clientes. Desta forma, durante o 2T17, foram entregues 2 projetos, totalizando 613 unidades e aproximadamente R$222 milhões em VGV (%PDG). Assim, iniciamos o 3T17 com apenas 19 projetos em andamento.

Neste trimestre, foram repassadas 337 unidades, equivalentes a um VGV de R$65 milhões. Essa desaceleração no volume de unidades repassadas decorreu, principalmente, do menor volume de entregas no período, causado pela desaceleração no andamento das obras, além do menor volume de vendas registradas ao longo do trimestre.

As despesas gerais e administrativas foram reduzidas em 46% na comparação entre o 2T17 e o 2T16. Já no acumulado do 1S17, a queda nas despesas foi de 31%, em linha com o objetivo da Companhia de readequar sua estrutura de operação.

As despesas comerciais foram reduzidas em 90% na comparação entre 2T16 e o 2T17, e em 80% no acumulado do semestre. Essa diminuição decorreu, principalmente, da ausência de lançamentos e de campanhas de vendas, além da redução no volume de vendas.

No sentido de aproveitar os benefícios instituídos pelo Programa de Regularização Tributária (PRT), a Companhia realizou o levantamento de seu passivo tributário e aderiu ao PRT, fato que gerou uma redução de mais de R$196 milhões nos impostos a pagar.

Considerando o advento do novo programa de regularização tributária, o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), seguimos estudando a possibilidade de adesão de novos débitos, além da migração de eventuais débitos já incluídos em PRT.

Seguimos negociando com nossos credores e stakeholders uma solução abrangente e eficaz dentro do Plano de Recuperação, buscando ao máximo a preservação das atividades comerciais e operacionais da Companhia, além do cumprimento das responsabilidades assumidas junto aos nossos clientes, credores e acionistas. Além disso, continuamos tomando as medidas necessárias para acelerar a entrada de caixa, com foco na monetização dos ativos, na redução de custos, e na readequação dos passivos. Essas medidas têm auxiliado a Companhia em seu processo de recuperação, e continuarão entre as suas prioridades.

A Administração.

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações
- Em recuperação judicial

Informações Trimestrais em
30 de Junho de 2017

Notas explicativas às Informações Trimestrais
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Informações gerais

A PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial ("Companhia ou PDG"), suas controladas e seus empreendimentos em conjunto têm por objetivo social: (a) participação em outras sociedades que atuem no setor imobiliário, na qualidade de acionista, quotista, consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimentos, como a subscrição ou a aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários; (b) aquisição de imóveis para renda; e (c) aquisição de imóveis para incorporação imobiliária.

Constituída como uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil, as ações da Companhia, sob o código "PDGR3", são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, n° 1.955, 10º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo – SP.

As informações referentes ao contexto operacional não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, publicadas no dia 30 de março de 2017, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Valor Econômico" e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e pdg.com.br/ri (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016").

b. Recuperação judicial

A Companhia iniciou em agosto de 2015, em conjunto com seus assessores legais e financeiros, um processo de reestruturação de dívidas com vistas a reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo (PDG), de modo a preservar a sua capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes ("Processo de Reestruturação").

Em linhas gerais o Processo de Reestruturação previa acordos para prorrogação de pagamentos de juros e amortização de principal, a concessão de novos financiamentos destinados a cobrir despesas gerais e administrativas do Grupo (PDG) e o compromisso das instituições financeiras de retomar a liberação de linhas de financiamento já contratadas e/ou analisar a possibilidade de contratar novas linhas de financiamento em benefício de empreendimentos imobiliários desenvolvidos por empresas do Grupo (PDG).

No entanto, os acordos não alcançaram o efeito originalmente esperado e o Grupo (PDG) continuou a enfrentar dificuldades na gestão e continuidade dos seus empreendimentos imobiliários, tais como o crescente número de distratos de unidades vendidas, a queda nas vendas em todo Brasil, a interrupção de obras em andamento, o acúmulo de dívidas condominiais, de IPTU e com fornecedores de produtos e serviços, e ainda o grande volume de ações judiciais movidas por clientes, ex-clientes e funcionários de prestadores de serviço.

Apesar dos esforços e dos avanços alcançados, o Conselho de Administração ponderou que não era possível encontrar, no âmbito extrajudicial, uma solução sustentável para a crise financeira por que passa o Grupo (PDG), e concluiu que o ajuizamento da Recuperação Judicial do Grupo (PDG) era a medida mais adequada para (i) continuar avançando, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos,

com a coordenação de todos os envolvidos no Processo de Reestruturação; (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e de suas controladas.

Em decorrência desta situação, em 22 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial, das 512 sociedades integrantes do Grupo (PDG), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005. Em 02 de março de 2017 o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100.

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

(i) Nomeação da PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para atuar como administradora Judicial no Processo de Recuperação Judicial;

(ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo (PDG), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados desta data, nos termos do artigo 6º da LRF;

(iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial;

(iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo (PDG) no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

No dia 27 de março de 2017, através de Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, o pedido de recuperação judicial da Companhia e sociedades integrantes de seu Grupo (PDG) econômico, autorizando os administradores da Companhia a tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários com vistas a dar continuidade e garantir a efetivação da recuperação judicial da Companhia.

Em 06 de junho de 2017, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, o plano de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas. O plano encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização de Assembleia Geral de Credores.

No dia 04 de agosto, a Companhia divulgou fato relevante informando ter chegado a um alinhamento, acerca de determinados aspectos da recuperação judicial, com 3 de seus principais credores. Tal alinhamento inclui o tratamento a ser dado aos patrimônios de afetação das sociedades do Grupo (PDG) e da sua controlada PDG Companhia Securitizadora, a destinação do produto dos ativos onerados aos bancos e não vinculados a patrimônio de afetação, além da previsão de remuneração para o Grupo (PDG) pela gestão dos ativos cedidos. O alinhamento alcançado não cria obrigação entre as partes e deverá ser detalhado e levado oportunamente à aprovação em assembleia geral de credores.

c. Continuidade operacional

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial, por meio dos planos de recuperação, a serem apresentados, e da concretização de previsões da Companhia. Essas condições e circunstâncias indicam a existência de incertezas, que poderão gerar dúvidas sobre a capacidade de continuidade da Companhia.

Na avaliação da Administração da Companhia os planos possibilitarão, durante o período de negociação junto a credores e judiciário, o fechamento de acordos com a maioria dos credores do Grupo (PDG).

Adicionalmente o Conselho de Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos das formas e condições previstas nestes planos, também fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo (PDG), possibilitando (i) reversão do círculo vicioso de baixa liquidez; e (ii) atração de recursos para a Companhia, mediante novas parcerias para desenvolvimento dos projetos.

2 Apresentação das Informações Trimestrais e principais políticas contábeis

a. Informações trimestrais e políticas contábeis

As Informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia e suas controladas e coligadas (Grupo (PDG)). Consequentemente, as informações trimestrais foram preparadas utilizando-se políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operação ("on a going-concern basis"), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC21 (R1) – Demonstração Intermediária e as informações trimestrais consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, identificadas como "Controladora e Consolidado".

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis, adotadas na apresentação e preparação dessas Informações Trimestrais, são os mesmos divulgados na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações financeiras de dezembro de 2016 e, não sofreram alterações e permanecem válidos. Portanto, estas informações trimestrais não incluem todas as notas e divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, consequentemente, as respectivas informações devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. Com base no julgamento e premissas adotadas pela Administração, acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas, estas Informações Trimestrais incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais, conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela CVM.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial, a Companhia reclassificou para o passivo circulante os empréstimos e financiamentos, cédulas de créditos bancário (CCBs) e Debêntures a pagar, que possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso de recuperação judicial da Companhia. Assim que aprovados os planos de recuperação e fluxos de pagamentos destas dívidas a Companhia reavaliará a segregação contábil.

A moeda funcional de apresentação das Informações Trimestrais individuais e consolidadas é o Real (R$). Todos os valores apresentados nestas Informações Trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

A emissão das Informações Trimestrais da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e autorizada para arquivamento em 14 de agosto de 2017.

b. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 - Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamento	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

– Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

– Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

Para o IFRS 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. A adoção antecipada dessas novas normas contábeis não é permitida para empresas listadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

3 Consolidação de controladas

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As Informações Trimestrais das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos acionistas proprietários da Controladora e à participação dos acionistas não controladores.

a. Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, o Grupo (PDG) mensura qualquer participação de acionistas não controladores na data de aquisição, utilizando o valor justo ou a participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação do Grupo (PDG) em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de acionistas não controladores são baseados em um valor proporcional dos ativos líquidos da subsidiária.

b. Perda de controle

Quando ocorre a perda do controle, o Grupo (PDG) desreconhece os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de acionistas não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado do exercício. Se o Grupo (PDG) retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra Grupo (PDG), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra Grupo (PDG), são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo (PDG) na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, estão remunerados, em média, a 92,2% do CDI em 30 de junho de 2017 (31 de dezembro de 2016: 91,5% do CDI).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se substancialmente a saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujo vencimento é inferior a 90 dias sem que haja penalidade no resgate, relativas a Certificados de depósitos bancários e Fundos de renda fixa.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	**453**	**329**	**58.761**	**49.482**
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	62	62	7.915	5.847
Fundos de investimento de renda fixa	-	-	-	9.992
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	205	57.365	62.823
Operações compromissadas	5.259	5.335	58.498	72.829
Subtotal	**5.321**	**5.602**	**123.778**	**151.491**
Total caixa e equivalentes de caixa	**5.774**	**5.931**	**182.539**	**200.973**

b. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2017 a Companhia apresenta R$ 61.279, no ativo circulante consolidado, referente a aplicações vinculadas a operações restritas ao pagamento de dívida. As aplicações estão realizadas em Fundos de investimento de renta fixa (R$ 3.422) e CDB (R$ 57.857). Na controladora (R$ 4.611) em CDB.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Incorporação e venda de imóveis	33.743	33.850	2.259.275	2.810.887
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.130)	(9.089)	(661.084)	(775.891)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(11.572)	(12.331)
Total	**24.613**	**24.761**	**1.586.619**	**2.022.665**
Parcela circulante	19.938	17.775	1.165.374	1.249.963
Parcela não circulante	4.675	6.986	421.245	772.702
Total	**24.613**	**24.761**	**1.586.619**	**2.022.665**

As contas a receber de venda de imóveis são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescidas de juros de 12% ao ano.

Os saldos de contas a receber de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Ano de vencimento	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
2018	364	752	50.702	218.827
2019	610	655	130.383	177.054
2020	2.934	4.797	106.761	212.885
2021	431	453	53.586	70.255
2022 em diante	336	329	79.813	93.681
Total	**4.675**	**6.986**	**421.245**	**772.702**

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o saldo das contas a receber consolidado, da parcela circulante, distribuído da seguinte forma:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total
à vencer	400.490	90.448	490.938	472.499	162.747	635.246
vencidos	**599.795**	**74.641**	**674.436**	**421.648**	**193.069**	**614.717**
0 a 30 dias	53.406	5.005	58.411	86.676	21.091	107.767
31 a 60 dias	12.466	3.999	16.465	64.522	11.341	75.863
61 a 90 dias	9.385	3.721	13.106	41.957	11.912	53.869
91 a 120 dias	19.743	3.712	23.455	9.842	11.249	21.091
121 a 360 dias	236.687	24.608	261.295	102.432	67.903	170.335
Mais de 360 dias	268.108	33.596	301.704	116.219	69.573	185.792
Total	**1.000.285**	**165.089**	**1.165.374**	**894.147**	**355.816**	**1.249.963**

Processo de repasse

Na fase de conclusão de seus empreendimentos, a quase totalidade dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel.
Clientes sem condições de financiamento não receberão as unidades e a Companhia devolverá conforme contrato parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente.

Saldos das contas a receber de unidades concluídas e em construção

Os saldos consolidados das contas a receber de unidades concluídas, em 30 de junho de 2017, montam R$ 1.368.816 (31 de dezembro de 2016: R$ 1.802.076), e para empreendimentos em construção, em 30 de junho de 2017, montam R$ 217.803 (31 de dezembro de 2016: R$ 220.589).

Ajuste a Valor Presente (AVP)

O Ajuste a Valor Presente de contas a receber para unidades não concluídas, apropriado proporcionalmente pelo critério descrito na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, é calculado utilizando-se uma taxa de desconto de 11,81% nas informações trimestrais de 30 de junho de 2017 (31 de dezembro de 2016: 8,08%), calculada pela taxa média de captação de empréstimos da Companhia e suas controladas, deduzida da inflação (IPC-A). Essa taxa é comparada com a NTN-B e utiliza-se a maior. A taxa atualmente utilizada é a NTN-B. A taxa de desconto é revisada periodicamente pela Administração da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e unidades distratadas

A Companhia constitui provisão para perda sobre o saldo total a receber dos clientes que tenham parcelas vencidas há mais de um ano e que tenham realizado um baixo percentual de pagamento sobre seu contrato de venda da unidade imobiliária.

Em 30 de junho de 2017, a provisão para distratos e PCLD, consolidada, totaliza o montante de R$ 661.084 (31 de dezembro de 2016: R$ 775.891), representando 41,67% sobre o total das contas a receber de incorporação e revenda de imóveis. Os saldos em atraso são referentes, principalmente, aos casos de pró-soluto, inadimplência de longo prazo de contas a receber de repasse na planta. A movimentação do período é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2016:	**(775.891)**
Baixa por distratos incorridos	100.144
Novas provisões/ reversões	14.663
Saldo em 30/06/2017:	**(661.084)**

As novas provisões estão lançadas no resultado da Companhia na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”; as baixas por distratos estão lançadas na rubrica de “Vendas imobiliárias (R$ 252.378) e Custos das unidades vendidas (R$ 152.234)”.

A Companhia, durante o período findo em 30 de junho de 2017, registrou um volume líquido de 1.032 unidades distratadas (30 de junho de 2016: 1.609 unidades); deste total, 61,34% ocorreu por

desenquadramento de renda (30 de junho de 2016: 54,82%), 1,74% por troca (30 de junho de 2016: 18,71%) e 36,92% por razões variadas (30 de junho de 2016: 26,47%).

O tratamento contábil da Companhia e suas controladas no distrato de unidades é o de reversão da receita e dos custos acumulados anteriormente, registrados pelo andamento de obra do empreendimento quando da rescisão dos contratos.

Empreendimentos inscritos no Regime especial de tributação (RET)

Os saldos das contas a receber relacionados aos empreendimentos totalizam, em 30 de junho de 2017, R$ 714.241 (31 de dezembro de 2016: R$ 1.516.999), que representam 49% do total do saldo de contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2017 (31 de dezembro de 2016: 75%).

6 Estoques de imóveis a comercializar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Imóveis em construção	-	-	399.845	396.991
Imóveis concluídos	34.707	35.957	791.856	696.607
Terrenos para futuras incorporações	3.696	3.651	547.746	706.102
Adiantamentos a fornecedores	-	-	12.865	14.500
Juros capitalizados	127	586	55.868	56.754
Mais valia sobre imóveis lançados	-	-	-	1.760
Total	**38.530**	**40.194**	**1.808.180**	**1.872.714**
Parcela circulante	34.834	36.543	1.260.434	1.166.612
Parcela não circulante	3.696	3.651	547.746	706.102
Total	**38.530**	**40.194**	**1.808.180**	**1.872.714**

O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a rubrica “Imóveis em construção”, dentro da rubrica “Estoques de imóveis a comercializar”, quando as unidades são colocadas à venda, ou seja, no momento em que o empreendimento é lançado.

O saldo do ágio (Mais valia sobre imóveis) correspondente à valorização de terrenos e dos encargos capitalizados, na Controladora, ficam registrados em “Investimentos” e em “Estoques de imóveis a comercializar” no consolidado.

Terrenos para futuras incorporações
A Companhia registrava gastos com imóveis na cidade de Salvador, classificado na rubrica de “Terrenos para futuras incorporações”, que seriam alocados, principalmente, a empreendimentos considerados no projeto denominado, pela Companhia, como “Mintaka”. A Companhia possui acordo com o proprietário dos terrenos que permitem à Companhia ter preferência ou opção de compra nos terrenos, por um período de dez anos, a iniciar em dezembro de 2017.

Quando a opção de compra fosse exercida haveria a contabilização da aquisição do terreno em Estoque de terrenos e sua contra partida na conta de Contas a pagar de imóveis - Permuta financeira. A partir da aquisição os gastos já incorridos seriam alocados aos terrenos adquiridos.

Considerando que neste momento a Companhia não vislumbra novos lançamentos no curto prazo e que por diversos motivos não engajou em negociações efetivas para recuperação das benfeitorias realizadas nos projetos de Salvador, constituímos a baixa por impairment destes gastos, no montante de R$ 151.011, lançada no resultado da Companhia na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

Os testes de impairment, conforme descritos na Nota explicativa nº 2.9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, foram realizados com a premissa de aquisição dos imóveis, desenvolvimento do projeto imobiliário ou recuperação dos custos incorridos, no caso de desistência da aquisição dos terrenos preferenciados ou opcionados.

Alocação dos encargos financeiros

As despesas financeiras de empréstimos, financiamentos e debêntures, cujos recursos foram utilizados no processo de construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizadas na rubrica "Estoques de imóveis a comercializar" e apropriadas ao resultado na rubrica "Custos dos imóveis vendidos", no consolidado, de acordo com o percentual de vendas de cada empreendimento. Os saldos dos encargos financeiros aplicáveis à Controladora são apresentados na rubrica "Investimentos", conforme Nota Explicativa nº 7. A movimentação, em 30 de junho de 2017, pode ser assim demonstra:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**586**	**2.521**	**56.754**	**72.203**
(+) Encargos financeiros capitalizados referentes a:				
Empréstimos e financiamentos	662	329	15.984	48.538
Debêntures	-	-	-	23.206
Total de encargos financeiros capitalizados no período	**662**	**329**	**15.984**	**71.744**
(-) Encargos apropriados ao resultado no custo de imóveis	(1.121)	(2.264)	(16.870)	(87.193)
Total	**127**	**586**	**55.868**	**56.754**

7 Investimentos

a. Informações sobre as controladas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

As sociedades controladas têm como propósito específico a realização de empreendimentos imobiliários, relativos à comercialização de imóveis residenciais e comerciais.

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, são apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas.

A Companhia possui acordos de acionistas relativos às controladas com participação inferior a 100%. Em relação às deliberações da Administração dessas controladas, a Companhia tem assento no Conselho de Administração e/ou na Diretoria destas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio.

As Informações Trimestrais das sociedades controladas, utilizadas para fins de apuração do resultado de equivalência patrimonial e para a consolidação, possuem as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, quando aplicável. O resumo das principais Informações financeiras das controladas está descrito na Nota Explicativa nº 7b.

A movimentação dos investimentos na Companhia é assim demonstrada:

Controladora

Nome da empresa	% de Participação direta	% de Participação Indireta	Saldo em 31/12/2016	Aumentos / Integralizações	Reduções / Baixas	Resultado de Equivalência Patrimonial	Provisão para perda em investimentos	Saldo em 30/06/2017
Investimentos em controladas								
CHL Desenvolvimento Imobiliário S/A	99,99%	0,01%	575.215	-	(5)	(39.392)	-	535.818
Goldfarb Incorporações E Construções S.A	99,99%	0,01%	314.849	-	(1.474)	55.954	-	369.329
PDG Desenvolvimento Imobiliário Ltda	99,99%	0,01%	266.385	-	-	2.228	-	268.613
PDG São Paulo Incorporações S.A	99,99%	0,01%	233.804	-	(73)	617	-	234.348
Gold Investimentos S.A.	49,32%	50,68%	67.772	1.375	-	(4.500)	-	64.647
API SPE 20 - Planej. e Desenvolv. Imobiliários S/A.	99,99%	0,01%	50.259	-	-	(954)	-	49.305
ZMF 5 Incorporações S.A	99,99%	0,01%	55.628	-	-	(2.551)	-	53.077
PDG Araxá Income S/A	99,00%	0,01%	29.050	-	-	966	-	30.016
PDG SPE 38 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,99%	0,01%	30.338	-	-	(968)	-	29.370
PDG SP 7 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	26.101	-	-	353	-	26.454
PDG SP 9 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	25.865	-	-	(20)	-	25.845
PDG Companhia Securitizadora	99,99%	0,01%	24.362	-	(1.539)	(333)	-	22.490
PDG SP 2 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	20.565	-	-	652	-	21.217
PDG SP 6 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	21.187	-	-	6	-	21.193
JLO Brooklin Empreendimento Imobiliario Spe Ltda.	100,00%	0,00%	21.009	-	-	(55)	-	20.954
PDG SP 15 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	20.965	-	-	(205)	-	20.760
PDG-LN7 Incorporação e Empreendimentos S.A.	85,29%	14,71%	20.602	-	-	547	-	21.149
CHL LXVIII incorporações ltda.	100,00%	0,00%	20.034	-	-	20	-	20.054
Performance Br Empreendimentos Imobiliários S.A.	68,00%	0,00%	19.094	-	-	87	-	19.181
LBC Empreendimento Imobiliario Spe	100,00%	0,00%	16.262	-	-	51	-	16.313
Gold Mali Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	16.169	-	-	(120)	-	16.049
LN 29 Incorporação e Empreendimento Ltda	64,00%	16,00%	14.273	-	-	34	-	14.307
Colore Empreendimento Imobiliário Spe S/A	80,00%	0,00%	10.674	-	-	(54)	-	10.620
Vital Palácio Miraflores Incorporadora Ltda.	78,15%	21,85%	9.880	-	-	(10)	-	9.870
Club Felicitá Empreendimento Imobiliários S.A.	96,69%	3,31%	6.445	-	-	(5)	-	6.440
PDG Masb Empreendimento Imobiliario Spe Ltda.	50,00%	0,00%	9.006	-	-	-	-	9.006
GDP 1 Incorporações SPE Ltda.	99,99%	0,01%	7.288	-	-	(320)	-	6.968
PDG SPE 15 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	99,99%	0,01%	13.336	-	-	(1.037)	-	12.299
PDG LN 34 Incorp e Empreend Ltda	80,00%	20,00%	7.441	-	-	(941)	-	6.500
STXROCK 10 Desenvolvimento Imobiliário S/A.	99,99%	0,01%	7.105	-	-	(8)	-	7.097
PDG LN 28 Incorporação e Empreendimento Ltda	86,60%	13,40%	7.034	-	-	(118)	-	6.916
Club Florença Empreendimento Imobiliários S.A.	99,99%	0,01%	6.939	-	-	128	-	7.067
Goldfarb PDG 5 Incorporações S/A	50,00%	50,00%	5.471	-	-	60	-	5.531
Gold Sao Paulo Empreendimentos Imobiliário Ltda.	50,00%	50,00%	5.432	-	-	(117)	-	5.315
Aurora Incorporadora Spe Ltda	99,99%	0,01%	3.590	-	-	208	-	3.798
Demais [1]			79.441	1.043	-	(324.139)	300.366	56.711
			2.068.870	**2.418**	**(3.091)**	**(313.936)**	**300.366**	**2.054.627**
Investimentos em coligadas								
Malmequer Empreendimentos S/A	42,50%	0,00%	2.745	6	-	12	-	2.763
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empr. Imob. S.A.	20,00%	0,00%	1.857	-	-	364	(151)	2.070
Demais [2]			2.233	40	-	(547)	12	1.738
			6.835	**46**	**-**	**(171)**	**(139)**	**6.571**
Subtotal - participações societarias			**2.075.705**	**2.464**	**(3.091)**	**(314.107)**	**300.227**	**2.061.198**
Demais								
Intangível			61.182	-	(55.310) [3]	-	-	5.872
Juros capitalizados			2.160	354	-	-	-	2.514
Mais valia de terreno			1.760	-	(1.760)	-	-	-
Subtotal - demais investimentos			**65.102**	**354**	**(57.070)**	**-**	**-**	**8.386**
Total dos investimentos			**2.140.807**	**2.818**	**(60.161)**	**(314.107)**	**300.227**	**2.069.584**

[1] Investimentos em Controladas com saldos individualizados de até R$ 5 milhões em 30 de junho de 2017.
[2] Investimentos em Coligadas com saldos individualizados de até R$ 1 milhão em 30 de junho de 2017.
[3] Baixa da mais valia alocada em terrenos na controlada Agre. (Nota 9b).

i. Provisão para perdas em investimentos

A seguir, a abertura da movimentação da provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rúbrica de "Outras obrigações".

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	**1.175.773**	**10.208**
Investimentos em controladas		
Adições	334.339	-
Reversões	(33.973)	-
	300.366	**-**
Investimentos em coligadas		
Adições	12	5.408
Reversões	(151)	(1.050)
	(139)	**4.358**
	300.227	**4.358**
Saldo em 30/06/2017	**1.476.000**	**14.566**

b. Informações sobre as controladas em conjunto e coligadas, do consolidado, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	Consolidado								Saldo consolidado	
Nome da empresa	**% de Participação Direta**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado total do período**	**Resultado de Equivalência Patrimonial**	**Demais [2]**	**Investimentos em 30/06/2017**	**Investimentos em 31/12/2016**	**Resultado de Equivalência em 30/06/2016**
Inpar - Abyara - Projeto Res. Santo Amaro Spe Ltda	30,00%	49.839	5.398	44.441	-	-	-	13.332	13.332	(24)
Schahin Borges De Figueiredo Incorporadora Ltda	30,00%	28.095	77	28.018	(130)	(39)	-	8.406	8.391	(2)
Iepe - Investimentos Imobiliarios Ltda	30,00%	17.838	1.051	16.787	(1.450)	(435)	-	5.036	5.587	(395)
Inpar - Abyara - Projeto Residencial America Spe Ltda	30,00%	32.656	14.806	17.850	-	-	-	5.355	5.355	(331)
Demais investidas [1]		492.660	479.116	13.544	106	(426)	14.566	15.923	16.347	3.531
Total dos investimentos		**621.088**	**500.448**	**120.640**	**(1.474)**	**(900)**	**14.566**	**48.052**	**49.012**	**2.779**

[1] Investimentos com saldos de até R$ 5 milhões em 30 de junho de 2017.
[2] Provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rúbrica de "Outras obrigações".

Informações financeiras de controladas do consolidado, com minoritários, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Consolidado em 30/06/2017								Saldo Consolidado	
Nome da empresa	**% Total da Companhia**	**% de Minoritários**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado**	**Resultado de Não Controladores**	**Patrimônio Líquido de não Controladores**	**Patrimônio Líquido de não Controladores 31/12/2016**	**Resultado em 30/06/2016**
Performance Br Empreendimentos Imob. S.A.	68,00%	32,00%	30.062	1.854	28.208	128	41	9.027	7.468	(2.410)
Dubhe Incorporadora S/A	55,00%	45,00%	14.753	246	14.507	5.691	2.561	6.528	5.363	2.898
Gonder Incorporadora Ltda.	86,00%	14,00%	92.263	139.802	(47.539)	8.096	1.133	(6.655)	(7.789)	(2.572)
Klabin Segall Invest E Partic Spe S.A	70,00%	30,00%	6.614	25.688	(19.074)	(46)	(14)	(5.722)	(5.709)	77
Agra Bergen Incorporadora Ltda	80,00%	20,00%	97.649	119.301	(21.652)	41.699	8.340	(4.330)	(12.671)	(2.434)
Ecolife Independência Empreendimentos Imob	80,00%	20,00%	13.670	43.125	(29.455)	420	84	(5.891)	(5.975)	612
PDG Masb Empreendimento Imob. Spe Ltda	50,00%	50,00%	35.439	50.116	(14.677)	-	-	(7.339)	(7.379)	(808)
API Spe10-Plan e Des De Emp Imob Ltda	80,00%	20,00%	57.582	85.537	(27.955)	(13.291)	(2.658)	(5.591)	(2.932)	(3.374)
Demais investimentos [1]			459.061	394.441	64.620	(1.803)	(1.043)	15.960	(12.677)	2.857
Total			**807.093**	**860.110**	**(53.017)**	**40.894**	**8.444**	**(4.013)**	**(42.301)**	**(5.154)**

[1] Investimentos maiores ou menores de R$ 5 milhões em 30 de junho de 2017

c. Investimentos em ações

Em 30 de junho de 2017 a Companhia, através de sua controlada Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., mantém fundo de investimento exclusivo (FIP PDG), cujos principais ativos são participações societárias em controladas da Companhia. As cotas do fundo são valorizadas conforme cotação patrimonial e seus rendimentos, apropriados no resultado da controlada, são eliminados quando da elaboração das informações consolidadas da Companhia.

8 Imobilizado

O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e estão relacionados às atividades operacionais.

Há controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação anual é calculada de forma linear, ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que consideram a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Controladora				
Custo:	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Total**
Saldo em 31.12.2015	**-**	**379**	**3.848**	**705**	**4.932**
. Adições	848	-	361	-	1.209
Saldo em 31.12.2016	**848**	**379**	**4.209**	**705**	**6.141**
. Adições	227	-	-	-	227
Saldo em 30.06.2017	**1.075**	**379**	**4.209**	**705**	**6.368**

	Controladora				
Depreciação:	**10% a.a. Máquinas e equipamentos**	**10% a.a. Móveis e utensílios**	**20% a.a. Computadores**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Total**
Saldo em 31.12.2015	**-**	**(311)**	**(3.599)**	**(47)**	**(3.957)**
. Depreciações	(68)	(38)	(190)	(70)	(366)
Saldo em 31.12.2016	**(68)**	**(349)**	**(3.789)**	**(117)**	**(4.323)**
. Depreciações	(50)	(12)	(111)	(35)	(208)
Saldo em 30.06.2017	**(118)**	**(361)**	**(3.900)**	**(152)**	**(4.531)**
Saldo residual em 30.06.2017	**957**	**18**	**309**	**553**	**1.837**
Saldo residual em 31.12.2016	**780**	**30**	**420**	**588**	**1.818**

	Consolidado						
Custo:	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Estande de vendas**	**Demais imobilizações**	**Total**
Saldo em 31.12.2015	**28.306**	**17.888**	**26.515**	**22.118**	**4.023**	**5.086**	**103.936**
. Adições	1.180	1.112	1.195	1.990	271	-	**5.748**
. Baixas	(1.842)	(529)	(799)	(58)	(1.472)	(1.084)	**(5.784)**
Saldo em 31.12.2016	**27.644**	**18.471**	**26.911**	**24.050**	**2.822**	**4.002**	**103.900**
. Adições	254	-	-	-	-	-	**254**
. Baixas	(24)	(49)	(106)	(161)	(2.822)	-	**(3.162)**
Saldo em 30.06.2017	**27.874**	**18.422**	**26.805**	**23.889**	**-**	**4.002**	**100.992**

	Consolidado						
Depreciação:	**10% a.a. Máquinas e equipamentos**	**10% a.a. Móveis e utensílios**	**20% a.a. Computadores**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)**	**Estande de vendas (i)**	**Demais imobilizações**	**Total**
Saldo em 31.12.2015	**(14.826)**	**(11.581)**	**(24.108)**	**(11.598)**	**(3.263)**	**(2.341)**	**(67.717)**
. Depreciações	(2.989)	(1.786)	(1.292)	(4.249)	(1.191)	(249)	**(11.756)**
. Baixas	1.102	123	306	10	1.632	40	**3.213**
Saldo em 31.12.2016	**(16.713)**	**(13.244)**	**(25.094)**	**(15.837)**	**(2.822)**	**(2.550)**	**(76.260)**
. Depreciações	(1.344)	(707)	(417)	(718)	-	(112)	**(3.298)**
. Baixas	19	7	85	36	2.822	-	**2.969**
Saldo em 30.06.2017	**(18.038)**	**(13.944)**	**(25.426)**	**(16.519)**	**-**	**(2.662)**	**(76.589)**
Saldo residual em 30.06.2017	**9.836**	**4.478**	**1.379**	**7.370**	**-**	**1.340**	**24.403**
Saldo residual em 31.12.2016	**10.931**	**5.227**	**1.817**	**8.213**	**-**	**1.452**	**27.640**

Teste de recuperabilidade (*impairment*) do Imobilizado
O Grupo (PDG) revisa anualmente a existência de indicios de recuperabilidade dos Ativos imobilizados. Nos casos em que são identificados imobilizados que não serão recuperáveis, o Grupo (PDG) analisa e constitui provisão para redução ao valor recuperável.

9 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Composição dos ágios por empresa				
Agre Empreendimentos Imobiliarios S.A. (Nota 9b)	-	53.491	-	53.491
Agre Urbanismo S.A.	401	402	-	-
CHL Desenvolvimento Imobiliários S.A.	4.984	6.616	-	-
Goldfarb Incorporações e Construções S.A.	323	465	-	-
LN 8 Incorporacao e Empreendimentos Ltda.	28	72	-	-
PDG LN Incorporações e Construções S.A.	136	136	-	-
Total	**5.872**	**61.182**	**-**	**53.491**
Software e outros intangíveis	27.926	31.460	45.044	54.193
Subtotal	**33.798**	**92.642**	**45.044**	**107.684**
Realocação para Investimentos (Nota 7) (i)	(5.872)	(61.182)	-	-
Saldo final	**27.926**	**31.460**	**45.044**	**107.684**

(i) Nas Informações Trimestrais da "Controladora" e "Consolidado" esses Intangiveis estão sendo apresentados inclusos nas rubricas de Investimentos, pois são intangíveis de empresas coligadas (Nota Explicativa nº 7)

a. Movimentação dos Ativos intangíveis

As movimentações dos ativos intangíveis nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim demonstradas:

	Controladora	Consolidado				
	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Sub-total	Mais valia nos Investimentos	Total
Custo:						
Saldo em 31.12.2015	**56.008**	**88**	**135.741**	**135.829**	**511.428**	**647.257**
. Adições	5.151	-	5.530	5.530	-	5.530
. Baixas	-	(88)	(701)	(789)	-	(789)
. Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	**61.159**	**-**	**140.570**	**140.570**	**511.428**	**651.998**
. Adições	181	-	181	181	-	181
. Baixas	-	-	(16)	(16)	-	(16)
Saldo em 30.06.2017	**61.340**	**-**	**140.735**	**140.735**	**511.428**	**652.163**
Amortizações:						
Saldo em 31.12.2015	**(22.144)**	**-**	**(61.397)**	**(61.397)**	**(457.937)**	**(519.334)**
. Amortizações	(7.555)	-	(25.045)	(25.045)	-	(25.045)
. Baixas	-	-	65	65	-	65
Saldo em 31.12.2016	**(29.699)**	**-**	**(86.377)**	**(86.377)**	**(457.937)**	**(544.314)**
. Amortizações	(3.715)	-	(9.314)	(9.314)	-	(9.314)
. Baixas [1]	-	-	-	-	(53.491)	(53.491)
Saldo em 30.06.2017	**(33.414)**	**-**	**(95.691)**	**(95.691)**	**(511.428)**	**(607.119)**
Saldo residual em 30.06.2017	**27.926**	**-**	**45.044**	**45.044**	**-**	**45.044**
Saldo residual em 31.12.2016	**31.460**	**-**	**54.193**	**54.193**	**53.491**	**107.684**

[1] Baixa na rubrica de outras despesas operacionais no resultado, referente baixa de mais valia de terreno alocado na controlada Agre. (Nota 9b)

b. Teste da redução ao valor recuperável (impairment)

A controlada Agre registrou neste trimestre, a baixa por impairment de R$ 53.491, alocado a terrenos que estavam opcionados ao Grupo (PDG). A baixa foi realizada devido à incerteza, relacionada ao potencial exercício das opções de compra dos terrenos.

c. Intangíveis de Software

Os ativos classificados como "*Software* e outros intangíveis" correspondem à aquisição e aos custos de implementação do *software* operacional da Companhia, cujo início de amortização deu-se em janeiro de 2011. Durante o período findo em 30 de junho de 2017, foram amortizados R$ 9.314 (30 de junho de 2016: R$ 13.411) contabilizados no resultado da Companhia. O prazo de amortização do *software* foi avaliado em oito anos.

10 Transações e saldos com partes relacionadas

a. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

O montante classificado no ativo não circulante, como AFAC é referente a aportes destinados a viabilizar a fase inicial dos empreendimentos. Esses aportes não estão sujeitos a qualquer indexador ou taxa de juros, e serão objeto de deliberação por parte dos acionistas quanto à sua capitalização.

b. Remuneração da administração

O limite de remuneração global dos administradores da Companhia e membros do conselho fiscal, líquido de encargos sociais que sejam ônus da Companhia, para o ano de 2017, foi fixado em até R$ 20.514 (31 de dezembro de 2016: R$ 39.485), para a remuneração dos administradores fixa e variável, direta e indireta dos administradores, considerando o patamar máximo atingível e do conselho fiscal, bem como os valores a serem por ela arcados em decorrência das opções de compra de ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O montante da remuneração fixa e variável pago a título de remuneração, participação nos lucros ou resultados, dividendos e/ou benefícios em geral, durante o período findo em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016, é assim demonstrado:

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Remuneração fixa								
Conselho de Administração	450	900	120	240	450	900	120	240
Conselho Fiscal	72	146	40	96	72	146	40	96
Diretoria Estatutária	535	1.219	1.050	1.830	535	1.219	1.010	1.830
Encargos	304	652	268	527	304	652	266	527
	1.361	**2.917**	**1.478**	**2.693**	**1.361**	**2.917**	**1.436**	**2.693**
Benefícios								
Diretoria Estatutária	9	50	80	140	9	50	80	143
	9	**50**	**80**	**140**	**9**	**50**	**80**	**143**
Remuneração variável								
Bônus de retenção	601	1.231	5.917	11.079	601	1.231	5.917	11.079
Encargos	173	354	1.472	2.959	173	354	1.472	2.959
	774	**1.585**	**7.389**	**14.038**	**774**	**1.585**	**7.389**	**14.038**
Total fixa e variável	**2.144**	**4.552**	**8.947**	**16.871**	**2.144**	**4.552**	**8.905**	**16.874**
Baseada em ações	13	25	268	535	13	25	268	535
Total Geral	**2.157**	**4.577**	**9.215**	**17.406**	**2.157**	**4.577**	**9.173**	**17.409**

A remuneração variável da Administração é composta por participação nos resultados e estes são usualmente provisionados durante o exercício social anterior, baseado na estimativa de pagamento. A remuneração baseada em ações representa a apropriação ao resultado do exercício da despesa apurada nas outorgas em circulação (Nota explicativa nº 21).

A Companhia, com base no item 8 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2013, emitido em 8 de fevereiro de 2013, apresenta as seguintes referências sobre a divulgação das transações das partes relacionadas:

(i) Não possui benefícios de curto prazo a empregados e administradores;
(ii) Não possui benefícios pós-emprego;
(iii) Não possui outros benefícios de longo prazo;
(iv) Não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
(v) Possui remuneração baseada em ações.

c. Avais e garantias

A Companhia totaliza R$ 1.109.002 de avais e garantias em 30 de junho de 2017 (31 de dezembro de 2016: R$ 1.711.768). Os montantes são provenientes de avais e fianças prestadas nas operações de crédito imobiliário realizadas pelas sociedades investidas da Companhia, tendo por base os saldos a pagar e futuras liberações contratadas até esta data, e na proporção da participação que a Companhia possui no capital social de tais sociedades.

d. Saldos com partes relacionadas:

Os saldos e as transações, de circulante e não circulante, com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativo				
Mútuo Pessoas Ligadas	3.004	2.723	25.953	24.564
Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	-	12.530	91.915	60.165
Passivo				
Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	98.014	116.549	172.815	137.413
Mútuo Pessoas Ligadas	-	-	5.120	-

Os direitos com empresas ligadas não possuem vencimento predeterminado e, exceto pelos contratos de mútuo, não têm incidência de encargos. As operações de mútuo e de saldos a receber ou a pagar de controladas e conta corrente com parceiros nos empreendimentos foram efetuadas, principalmente, com o objetivo de viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, em função das relações comerciais que são mantidas com as partes relacionadas para o desenvolvimento das atividades de incorporação e construção.

e. Partes relacionadas com fornecimentos de materiais e serviços

As operações e negócios com partes relacionadas são realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 15 de nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração ("CA") deliberar sobre: a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre a Companhia e os acionistas da Companhia e/ou empresas controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia. As reuniões do CA realizadas para a tomada destas e outras decisões de investimento são instaladas com a presença da maioria dos membros do CA e as deliberações são tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes.

As principais informações sobre as operações realizadas com administradores e sócios da Companhia, ou de suas investidas, é assim apresentada:

Parte relacionada							Gastos Incorridos em	
Relação com Companhia	**Fornecedor**	**Objeto do contrato**	**Data da transação**	**Montante envolvido**	**Obs:**	**Duração do contrato**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Vinci Partners	F Austral Seguradora	Seguro de obra e Seguro garantia	jun/13 à nov/19	3.188	limite máximo de cobertura por obra-seguro: R$120.000	36 meses de obra + 12 meses pós obra	-	708
Vinci Partners	F Cecrisa R. Cerâmicos S.A	Material: cerâmica	jun/13 à jun/17	14.675	-	6 meses	33	474
Vinci Partners	F Unidas Locadora de Veículos Ltda	Locação: veículo	set/13 à mar/17	28	-	1 ano	-	1
Conselheiro	F Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	jun/14	257	valor total contratado R$ 2.571	19 meses	-	1.337
Conselheiro	F União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	jun/14	1.157			-	-
Conselheiro	F União Consulotria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	jun/14	1.157			-	-
Conselheiro	F Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	out/15	725	valor total contratado R$ 7.250	11 meses	644	81
Conselheiro	F União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	out/15	3.263			1.371	-
Conselheiro	F União Consulotria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	out/15	3.263			-	-
			Total	**27.713**			**2.048**	**2.601**

11 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reduz a exposição de caixa de cada empreendimento através do uso de recursos de terceiros no financiamento/apoio à construção, firmados nas condições do Sistema Financeiro Habitacional e de linhas de capital de giro oferecidas por instituições financeiras de primeira linha.

Conforme Nota explicativa nº 2.a efetuamos a reclassificação, para o passivo circulante, dos empréstimos e financiamentos que possuem cláusulas restritivas a situação de recuperação judicial.

No segundo trimestre de 2017 a Companhia registrou multa e juros para alguns contratos que possuem cláusulas específicas para entrada em recuperação judicial da Companhia.

Segue a composição consolidada dos empréstimos da Companhia, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, por tipo de dívida:

	Controladora		Taxa média	Garantia
Tipo de Dívida	**30/06/2017**	**31/12/2016**		
SFH	2.070	2.954	TR + 9%	Hipoteca/ Recebíveis/ Fiança/ Penhor
Capital de Giro/ SFI e Nota promissória	347.631	329.599	120% CDI	Alienação fiduciária de quotas, ações e imóveis/ Aval/ Hipoteca / Cessão fidúciária de Direitos Creditórios
Finep/Finame	130.307	98.246	PRÉ 5,25% até 8,70%	Aval PDG
Total	**480.008**	**430.799**		
Parcela circulante	480.008	45.398		
Parcela não circulante	-	385.401		
Total	**480.008**	**430.799**		

	Consolidado		Taxa média	Garantia
Tipo de Dívida	**30/06/2017**	**31/12/2016**		
SFH	846.413	970.394	TR + 9%	Recebíveis/ Fiança proporcional/ Hipoteca / Aval / Penhor / Hipoteca imóvel/ Fiança
Capital de Giro/ SFI e Nota promissória	347.632	329.600	120% CDI	Alienação fiduciária de quotas, ações e imóveis/ Aval/ Hipoteca / Cessão fidúciária de Direitos Creditórios
Finep/Finame	133.369	101.168	PRÉ 5,25% até 8,70%	Aval PDG
Total	**1.327.414**	**1.401.162**		
Parcela circulante	1.327.414	1.013.591		
Parcela não circulante	-	387.571		
Total	**1.327.414**	**1.401.162**		

12 Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Debêntures a pagar

Conforme Nota explicativa nº 2.a efetuamos a reclassificação para o passivo circulante das CCBs e Debêntures a pagar que possuem cláusulas restritivas à situação de recuperação judicial.

a. Cédulas de Crédito Bancário

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Obrigação por Emissão de CCB Corporativa				
3ª Série da 1ª Emissão	1.347	1.250	1.347	1.250
4ª Série da 1ª Emissão	673	625	673	625
15ª Série da 1ª Emissão	305.568	289.191	305.568	289.191
3ª Série da 3ª Emissão	-	-	2.557	2.817
5ª Série da 3ª Emissão	12.686	11.118	12.686	11.118
7ª Série da 3ª Emissão	12.649	11.731	12.649	11.731
25ª Série da 1ª Emissão	90.655	86.316	90.655	86.316
26ª Série da 1ª Emissão	-	-	71.205	62.421
27ª Série da 1ª Emissão	233.193	205.067	233.193	205.067
28ª Série da 1ª Emissão	83.024	72.115	83.024	72.115
Outras emissões por CCB	938.006	910.297	995.796	983.163
Sub-Total Corporativo	**1.677.801**	**1.587.710**	**1.809.353**	**1.725.814**
Obrigação por Emissão de CCB Apoio à produção *				
3ª Série da 2ª Emissão	-	-	71.749	69.073
2ª Série da 2ª Emissão	-	-	56.441	63.437
24ª Série da 1ª Emissão	226.858	200.575	226.858	200.575
CCB CEF 600MM	272.813	253.685	272.813	253.685
Sub-Total CCB Apoio à produção	**499.671**	**454.260**	**627.861**	**586.770**
Total	**2.177.472**	**2.041.970**	**2.437.214**	**2.312.584**
Parcela circulante	2.177.472	1.542.375	2.437.214	1.811.544
Parcela não circulante	-	499.595	-	501.040
Total	**2.177.472**	**2.041.970**	**2.437.214**	**2.312.584**

*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

b. Debêntures a pagar

As principais características das debêntures a pagar emitidas pela Companhia e controladas podem ser assim demonstradas:

						Controladora						
Debêntures	**Tipo**	**Natureza**	**Emissão**	**Vencimento**	**Espécie**	**Condição de Remuneração**	**Valor Nominal**	**Titulos Emitidos**	**Títulos em Circulação**	**Forma de Amortização**	**Parcelas**	**Garantias**
Corporativas												
1ª Emissão	Não Conversiveis	Pública	02/07/2007	04/07/2020	Quirografária	120 % CDI	10	25.000	25.000	Anual	1	Sem Garantia
4ª Emissão	Não Conversiveis	Pública	10/08/2010	04/07/2020	Real	120 % CDI	1.000	280	280	Trimestralmente	1	Quotas
7ª Emissão	Não Conversiveis	Pública	15/03/2012	15/12/2018	Real	IPCA + 6,56% a.a.	1.000	140	140	Irregular	10	Quotas
9ª Emissão	Não Conversiveis	Pública	08/06/2016	30/06/2019	Quirografária	120 % CDI	1.000	30.000	30.000	Única	1	Sem Garantia
10ª Emissão	Não Conversiveis	Pública	01/07/2016	30/06/2019	Quirografária	120 % CDI	1.000	20.000	20.000	Única	1	Sem Garantia
11ª Emissão	Não Conversiveis	Pública	05/08/2016	04/07/2020	Real	120 % CDI	1.000	565.000	565.000	Única	1	Quotas
Apoio Produção												
5ª emissão [1]	Não Conversiveis	Publica	23/09/2010	01/03/2017	Real	TR + 9,34% a.a.	1.000	600	600	Semestral	1	Cessão/Alienação Fiduciária de Ações e Quotas

[1] Devido ao não pagamento dos juros remuneratórios, ficou caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures. A Companhia está em contato com os titulares das Debêntures com o objetivo de negociar uma solução consistente dentro do plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Os saldos das Debêntures a pagar da Companhia em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são assim demonstrados:

	Controladora											Consolidado	
	Apoio à produção			Corporativo								Apoio à Produção	
	3ª emissão	5ª emissão	Subtotal	1ª emissão	4ª emissão	7ª emissão	8ª emissão	9ª emissão	10ª emissão	11ª emissão	Subtotal	REP	Total
a) *Debêntures a Pagar*													
Saldo em 31/12/2015	**20.683**	**188.341**	**209.024**	**269.541**	**223.694**	**191.597**	**1.989**	-	-	-	**895.845**	**71.005**	**966.850**
(+) Captação	-	-	-	-	-	-	-	32.000	20.000	561.924	**613.924**	-	**613.924**
(+) Atualização	463	17.641	**18.104**	44.499	38.422	30.728	-	2.609	1.389	36.439	**172.190**	2.682	**174.872**
(-) Pagamentos (Principal + Juros)	(21.146)	(65.118)	**(86.264)**	-	-	(10.683)	(1.989)	-	-	-	**(98.936)**	(2.685)	**(101.621)**
(-) Venda de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.002)	**(71.002)**
Saldo em 31/12/2016	**-**	**140.864**	**140.864**	**314.040**	**262.116**	**211.642**	**-**	**34.609**	**21.389**	**598.363**	**1.583.023**	**-**	**1.583.023**
(+) Captação	-	-	-	-	-	-	-	18.000	30.000	-	**48.000**	-	**48.000**
(+/-) Atualização	-	13.714	**13.714**	41.897	34.988	26.724	-	13.827	(8.380)	79.872	**202.642**	-	**202.642**
(-) Pagamentos (Principal + Juros)	-	(1.346)	**(1.346)**	-	-	-	-	-	-	-	**(1.346)**	-	**(1.346)**
Saldo em 30/06/2017	**-**	**153.232**	**153.232**	**355.937**	**297.104**	**238.366**	**-**	**66.436**	**43.009**	**678.235**	**1.832.319**	**-**	**1.832.319**
Composição por ano de vencimento:													
2017	-	153.232	**153.232**	355.937	297.104	238.366	-	66.436	43.009	678.235	**1.832.319**	-	**1.832.319**
Saldo em 30/06/2017	**-**	**153.232**	**153.232**	**355.937**	**297.104**	**238.366**	**-**	**66.436**	**43.009**	**678.235**	**1.832.319**	**-**	**1.832.319**

	Controladora											Consolidado	
	Apoio à produção			Corporativo								Apoio à Produção	
	3ª emissão	5ª emissão	Subtotal	1ª emissão	4ª emissão	7ª emissão	8ª emissão	9ª emissão	10ª emissão	11ª emissão	Subtotal	REP	Total
b) *Gastos com Emissão*													
Saldo em 31/12/2015	**(119)**	**(781)**	**(900)**	**(1.558)**	**(707)**	**(1.540)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.705)**	**(3.316)**	**(8.021)**
(-) Amortização dos Gastos	119	781	**900**	519	707	522	-	-	-	-	**2.648**	50	**2.698**
(-) Venda de participação [1]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.266	**3.266**
Saldo em 31/12/2016	**-**	**-**	**-**	**(1.039)**	**-**	**(1.018)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.057)**	**-**	**(2.057)**
(-) Amortização dos Gastos	-	-	-	258	-	262	-	-	-	-	**520**	-	**520**
Saldo em 30/06/2017	**-**	**-**	**-**	**(781)**	**-**	**(756)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.537)**	**-**	**(1.537)**
Saldo líquido em 30/06/2017	**-**	**153.232**	**153.232**	**355.156**	**297.104**	**237.610**	**-**	**66.436**	**43.009**	**678.235**	**1.830.782**	**-**	**1.830.782**
Parcela de:													
Parcela Circulante	-	153.232	**153.232**	355.156	297.104	237.610	-	66.436	43.009	678.235	**1.830.782**	-	**1.830.782**
Total	**-**	**153.232**	**153.232**	**355.156**	**297.104**	**237.610**	**-**	**66.436**	**43.009**	**678.235**	**1.830.782**	**-**	**1.830.782**
Saldo líquido em 31/12/2016	**-**	**140.864**	**140.864**	**313.001**	**262.116**	**210.624**	**-**	**34.609**	**21.389**	**598.363**	**1.580.966**	**-**	**1.580.966**
Parcela de:													
Parcela Circulante	-	140.864	**140.864**	313.001	262.116	210.624	-	-	21.389	598.363	**1.546.357**	-	**1.546.357**
Parcela Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	34.609	-	-	**34.609**	-	**34.609**
Total	**-**	**140.864**	**140.864**	**313.001**	**262.116**	**210.624**	**-**	**34.609**	**21.389**	**598.363**	**1.580.966**	**-**	**1.580.966**

* Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

c. Cláusulas Contratuais Restritivas ("Covenants") de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, SFH, Debêntures e CCBs, com Covenants normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas à restrição de Recuperação judidial do Grupo e ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e de outros itens.

Essas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam de forma exclusiva a capacidade de condução do curso normal das operações da Companhia.

As CCBs e as Debêntures a Pagar possuem cláusulas contratuais restritivas que sobre as quais são calculados os indicadores abaixo, determinados com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e todos computados para a data base de 30 de junho de 2017:

- Índices de EBIT Ajustado (Earning Before Interest and Taxes).
- Índices para Níveis máximos de endividamento.
- Índices para Níveis mínimos de liquidez.
- Cláusulas Contratuais Restritivas (Covenants).

A Companhia ultrapassou os limites estabelecidos para o índice de EBIT Ajustado, máximos de endividamento e mínimos de liquidez, assim como outros índices não financeiros relacionados à existência de processos judiciais, contratos ainda não renegociados ou vinculados, títulos protestados, e outros, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

O pedido de recuperação judicial, apresentado neste trimestre pelo Grupo (PDG), também fez com que todas as dívidas que possuem este Covenants, de restrição à recuperação judicial, apresentassem vencimento antecipado.

O CPC 26 determina que quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo ao término, ou antes, do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

Desta forma a Companhia seguiu a orientação contábil definida no CPC 26 e efetuou a reclassificação, para o passivo circulante destas dívidas, assim como as dívidas vinculadas ao vencimento antecipado destas.

13 Obrigações por aquisição de imóveis

Referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Numerários - lançados	-	-	37.471	28.719
Numerários - a lançar	-	-	21.965	28.429
Vinculados a VGV - lançados	5.403	1.501	27.270	42.269
Vinculados a VGV - a lançar	3.123	3.016	43.431	21.109
Total	**8.526**	**4.517**	**130.137**	**120.526**
Parcela circulante	8.526	4.517	70.544	85.825
Parcela não circulante	-	-	59.593	34.701
Total	**8.526**	**4.517**	**130.137**	**120.526**

As permutas financeiras têm por base os compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, sua liquidação com o permutante do terreno ocorre concomitantemente com a liquidação financeira por parte dos clientes das unidades imobiliárias comercializadas e mediante a transferência dos recursos financeiros, conforme previsto no contrato.

As obrigações são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) ou pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros que variam entre 6% e 12% ao ano.
Os valores de obrigações de aquisições de imóveis da parcela não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado	
Ano	**30/06/2017**	**31/12/2016**
2018	2.568	7.634
2019	6.668	5.032
2020	2.896	4.858
2021	2.056	4.090
2022 em diante	45.405	13.087
Total	**59.593**	**34.701**

14 Obrigações tributárias

A Instrução Normativa SRF nº 84/1979 (Atividade de Incorporação e Venda de Imóveis) permite que, para fins fiscais, a Companhia realize o pagamento do imposto à proporção do recebimento das vendas contratadas. Como resultado, é contabilizado o ativo ou o passivo de imposto diferido a recolher com base na diferença entre o lucro reconhecido nas Informações Trimestrais e o imposto corrente ("pagável"), de acordo com o regime de caixa.

Não houve modificação nos regimes de tributação (Lucro real, presumido e RET) utilizados pelo Grupo (PDG), descritos na Nota explicativa nº 2.8.b, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Considerando o atual contexto das operações da Controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foram constituídos créditos tributários sobre a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social sobre o lucro, assim como sobre o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável.

Em 30 de junho de 2017, o saldo de prejuízos fiscais de IR e de base negativa de CSLL acumulados da Companhia é de R$ 3.144.753 (31 de dezembro de 2016: R$ 3.455.513).

a. Tributos parcelados

Em 31 de Maio de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária ("PRT"), instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, regularizando débitos federais que estavam sendo discutidos no âmbito administrativo e judicial com a Fazenda Nacional. A modalidade de pagamento utilizada pela Companhia consistiu no pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

A utilização de crédito fiscal possibilitou ao Grupo (PDG), o registro de crédito no resultado do período, no montante de R$ 196.194, na rubrica de resultado "Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro – Corrente".

A Companhia e suas investidas acumulam parcelamentos de tributos federais e municipais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nos montantes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Programa de Regularização Tributária (PRT):				
- IRPJ e CSL	6.026	-	25.332	-
- PIS e COFINS	-	-	30.515	-
Parcelamento ordinário:				
- IRPJ e CSL	-	284	8.833	14.435
- PIS e COFINS	-	-	4.692	12.705
- ISS	-	-	1.223	1.725
Total	**6.026**	**284**	**70.595**	**28.865**
Parcela Circulante	2.801	284	36.132	4.198
Parcela Não Circulante	3.225	-	34.463	24.667
Total	**6.026**	**284**	**70.595**	**28.865**

i. Movimentação dos tributos parcelados

As movimentações dos impostos parcelados podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
Parcelamentos realizados	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Saldo inicial	**284**	**284**	**28.865**	**29.714**
(+/-) Ajuste aos saldos iniciais	(284)	-	(284)	-
(-) Migração do parcelamento Ordinário para o PRT	-	-	(23.823)	-
(+) Novos parcelamentos:				
. Programa de Regularização Tributária (PRT) [1]	29.322	-	258.052	-
. Parcelamento Ordinário	-	-	9.153	3.577
(+) Atualização (Selic)	178	-	700	5.105
(-) Pagamentos	(1.189)	-	(5.874)	(9.531)
Saldos parcelados	**28.311**	**284**	**266.789**	**28.865**
(-) Pagamento com Prejuízo Fiscal [2]	(22.285)	-	(196.194)	-
Saldos à pagar	**6.026**	**284**	**70.595**	**28.865**

[1] A exclusão da adesão ao parcelamento ocorrerá na falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas. Na hipótese de exclusão do PRT será apurado o saldo devedor deduzindo os valores pagos em espécie ,com acréscimos legais até a data da rescisão.

[2] Quitação sujeita à homologação da Receita Federal do Brasil

b. Ativos e passivos fiscais diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação pelo regime de caixa, (Instrução Normativa SRF nº 84/1979) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, Nota Explicativa nº 2.8b, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

i. Composição dos Ativos fiscais diferidos

	Consolidado	
Tributo	**30/06/2017**	**31/12/2016**
IRPJ e CSLL	5.137	4.152
PIS e COFINS	8.325	6.062
Total	**13.462**	**10.214**

ii. Composição dos Passivos fiscais correntes com recolhimento diferido

	Controladora		Consolidado	
Tributo	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
IRPJ	-	-	30.221	25.733
CSLL	-	-	14.741	11.240
IR e CS	**-**	**-**	**44.962**	**36.973**
PIS e COFINS	1.239	543	47.588	53.429
Total	**1.239**	**543**	**92.550**	**90.402**
Parcela Circulante	1.239	543	36.908	45.483
Parcela Não Circulante	-	-	55.642	44.919
Total	**1.239**	**543**	**92.550**	**90.402**

c. Despesas com imposto de renda e contribuição social

A maioria das SPEs é optante pelo regime de tributação do Lucro Presumido ou RET, no qual a base tributária é a receita de vendas dos empreendimentos, portanto, independentemente do resultado, existe uma tributação a alíquotas médias de 3,08% e 1,92%, respectivamente, sobre a receita de venda.

As despesas consolidadas de imposto de renda e contribuição social se resumem como segue:

	30/06/2017		30/06/2016	
Base societária para apuração dos impostos:	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita de Venda Imobiliária	299.058	299.058	260.393	260.393
(-) Receita de venda Imobiliária lucro real	(21.045)	(21.045)	(82.737)	(82.737)
(-) Receita de venda Imobiliária pelo RET	(70.366)	(70.366)	(67.411)	(67.411)
Receita de vendas Imobiliária pelo lucro presumido	**207.647**	**207.647**	**110.245**	**110.245**
Outras receitas - incorporação imobiliaria	(11.976)	(11.976)	42.745	42.745
(+/-) Outras receitas - incorporação imobiliaria lucro real	(3.375)	(3.375)	2.706	2.706
(+/-) Outras receitas - incorporação imobiliaria RET	(3.614)	(3.614)	18.244	18.244
Outras receitas - incorporação imobiliaria lucro presumido	(4.987)	(4.987)	21.795	21.795
Lucro Presumido Incorporação Imobiliário - IRPJ 8% - CSLL 12%	**16.213**	**24.319**	**10.563**	**15.845**
Receitas Alugueis/Serviços lucro real	1.948	1.948	9.688	9.688
Receitas Alugueis/Serviços lucro presumido	59	59	261	261
Lucro Presumido Serviços/Aluguéis - IRPJ - CSLL 32%	**19**	**19**	**84**	**84**
Lucro Presumido (Incorporação + Serviços)	**16.232**	**24.338**	**10.647**	**15.929**
(+) Receitas Financeiras - Lucro presumido	22.367	22.367	36.090	36.090
(-) Receitas Financeiras - Lucro Real	(15.034)	(15.034)	(28.953)	(28.953)
(+) Outras receitas - Lucro presumido	13.226	13.226	3.588	3.588
(-) Outras Receitas - Lucro Real	(475)	(475)	(6.405)	(6.405)
Base Lucro Presumido	**51.825**	**59.931**	**50.325**	**55.607**
(-) Despesa consolidada Lucro Presumido - IRPJ / CSLL	(12.956)	(5.394)	(12.581)	(5.005)
(+) IRPJ Diferido Diferenças temporárias - Lucro Real	2.376	855	(4.633)	(1.668)
(-) Despesa consolidada - RET	(932)	(488)	(1.079)	(565)
(+) Constituição de IRPJ e CSLL diferido (PRT)	144.261	51.933	-	-
Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido + Real	**132.749**	**46.906**	**(18.293)**	**(7.238)**
(+) Outros	3.015	(3.322)	(2.775)	(2.875)
Despesa no Resultado	**135.764**	**43.584**	**(21.068)**	**(10.113)**

	30/06/2017		30/06/2016	
Composição da Despesa	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Corrente	(4.656)	(5.220)	(31.631)	(15.703)
Diferida	140.420	48.804	10.563	5.590
Despesa no Resultado	**135.764**	**43.584**	**(21.068)**	**(10.113)**

Impostos (IR + CS)	**30/06/2017**	**30/06/2016**
Corrente	(9.876)	(47.334)
Diferida	189.224	16.153
	179.348	**(31.181)**

15 Operações com Projetos imobiliários em desenvolvimento e Adiantamentos de clientes

Referem-se aos resultados a serem apropriados decorrentes de vendas contratadas de empreendimentos em construção que ainda não estão refletidos nas Informações Trimestrais. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**
(i) Receita de Vendas a apropriar de unidades vendidas		
Receita de vendas contratadas	1.349.400	1.792.627
Receita de vendas apropriadas	(864.851)	(1.102.244)
Receita de vendas a apropriar (a)	**484.549**	**690.383**
(ii) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas		
Custo orçado das unidades	(1.817.814)	(2.027.232)
Custo incorrido das unidades	1.442.446	1.523.345
Custo orçado a apropriar (b)	**(375.368)**	**(503.887)**
(iii) Resultado a apropriar de unidades vendidas		
Receita de vendas a apropriar (a)	484.549	690.383
Custo orçado a apropriar (b)	(375.368)	(503.887)
Resultado bruto a apropriar	**109.181**	**186.496**
(-) Projeção de impostos e AVP	(12.569)	(21.570)
Resultado líquido a apropriar	**96.612**	**164.926**
(iv) Custos orçados a apropriar de unidades em estoque		
Custo orçado das unidades	(762.996)	(759.650)
Custo incorrido das unidades	410.152	403.108
Custo orçado a apropriar	**(352.844)**	**(356.542)**

Os valores dos resultados a apropriar têm a seguinte composição por vencimento, do valor contratual de unidades vendidas:

	Consolidado	
Ano	**30/06/2017**	**31/12/2016**
2017	40.001	93.707
2018 em diante	56.611	71.219
Total	**96.612**	**164.926**

O resultado das operações imobiliárias realizadas é apropriado com base na prática contábil apresentadas na Nota Explicativa nº 2.10, apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades comercializadas ainda não concluídas está refletido parcialmente nas informações trimestrais em 30 de junho de 2017, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas.

O montante classificado na rubrica “Adiantamento de clientes”, no passivo circulante e não circulante é assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Permuta física - lançados	-	-	121.311	105.959
Permuta física - a lançar	-	-	37.110	43.430
Recebimento de clientes	34	34	58.087	111.907
Total	**34**	**34**	**216.508**	**261.296**
Parcela circulante	34	34	134.644	188.928
Parcela não circulante	-	-	81.864	72.368
Total	**34**	**34**	**216.508**	**261.296**

16 Provisões

a. *Provisão para contingências*

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de seus negócios. A provisão para contingências da Companhia é majoritariamente formada por essas controladas.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais e diferenças na apuração de impostos, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza – Perda Provável	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Trabalhistas	26.017	25.967	98.376	98.867
Tributárias	351	26.520	7.659	27.010
Cíveis	22.343	22.736	992.040	931.303
Total	**48.711**	**75.223**	**1.098.075**	**1.057.180**
Parcela circulante	15.705	32.736	338.437	336.757
Parcela não circulante	33.006	42.487	759.638	720.423
Total	**48.711**	**75.223**	**1.098.075**	**1.057.180**

A seguir, a abertura da movimentação das provisões para contingências da Companhia e suas controladas:

	Controladora			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31/12/2015	**374**	**42**	**8.782**	**9.198**
Adições	36.978	27.231	94.593	158.802
Reversões	(11.385)	(753)	(80.639)	(92.777)
Saldo em 31/12/2016	**25.967**	**26.520**	**22.736**	**75.223**
Adições	2.294	5	3.481	5.780
Reversões	(2.244)	(26.174)	(3.874)	(32.292)
Saldo em 30/06/2017	**26.017**	**351**	**22.343**	**48.711**

	Consolidado			
	Trabalhistas	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31/12/2015	**87.026**	**16.502**	**366.834**	**470.362**
Adições	78.859	30.092	974.191	1.083.142
Reversões	(67.018)	(19.584)	(409.722)	(496.324)
Saldo em 31/12/2016	**98.867**	**27.010**	**931.303**	**1.057.180**
Adições	8.728	5.076	170.166	183.970
Reversões	(9.219)	(24.427)	(109.429)	(143.075)
Saldo em 30/06/2017	**98.376**	**7.659**	**992.040**	**1.098.075**

As causas com chance de perdas consideradas "possíveis" pelos assessores jurídicos da Companhia são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
Natureza – Perda Possível	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Trabalhistas	73.858	64.007	245.822	179.558
Tributárias	178.859	12.777	292.591	104.257
Cíveis	16.860	4.300	208.589	235.014
Total	**269.577**	**81.084**	**747.002**	**518.829**

As causas cíveis compreendem majoritariamente discussões relacionadas aos consumidores, envolvendo principalmente multas no atraso em entrega dos empreendimentos imobiliários, rescisões contratuais, questionamentos sobre índices de correção, bem como consertos de vícios de construção.

As causas de natureza trabalhista compreendem majoritariamente reclamações trabalhistas de ex-funcionários de empresas terceirizadas e, num percentual menor, reclamações trabalhistas de ex-funcionários da Companhia. Estas demandas requerem, sobretudo, verbas trabalhistas de horas extras, insalubridade, periculosidade, etc. e recolhimento dos encargos sociais.

As causas tributárias contemplam defesa da Companhia ao auto de infração, no montante de R$ 158.752, referente à IOF supostamente incidentes sobre recursos movimentados entre a Companhia e suas investidas, a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, no ano de 2012.

A Companhia em janeiro de 2017 tomou ciência de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil, no qual consta a cobrança de R$ 3.629.203, referente a tributos (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS, além de juros e multa) supostamente incidentes sobre recursos creditados nas contas correntes bancárias da Companhia no ano calendário de 2012. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os recursos creditados questionados pela autoridade fiscal – que incluíam, dentre outros, recursos captados pela Companhia em aumento de capital e emissão de outros valores mobiliários – não eram sujeitos à incidência de referidos tributos. A PDG salienta que, na opinião dos advogados da Companhia, o risco de perda decorrente do referido procedimento fiscal é considerado como remoto.

b. *Provisão para garantias*

Adicionalmente, ao já exposto pela Companhia, segue o montante de provisão para garantia, a qual foi registrada, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota Explicativa nº. 2.8.a.

	Controladora		Consolidado	
Provisão para Garantia[1]	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**30/06/2017**	**31/12/2016**
Parcela circulante	102	98	52.679	51.828
Parcela não circulante	517	447	42.993	50.890
Total provisão	**619**	**545**	**95.672**	**102.718**

(1) Estão registradas na rubrica outras provisões no passivo da Companhia e suas controladas

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia está representado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, por 49.192.557 (quarenta e nove milhões, cento e noventa e duas mil, quinhentos e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R$ 4.970.080.

A composição do capital social da Companhia, entre 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2015, é apresentada, da seguinte forma:

		Capital Social		
	Quantidade de ações ON	Subscrito	Despesas de captação	Total
Saldo em 31/12/2015	**49.192.557**	**4.970.080**	**(52.237)**	**4.917.843**
Saldo em 31/12/2016	**49.192.557**	**4.970.080**	**(52.237)**	**4.917.843**
Saldo em 30/06/2017	**49.192.557**	**4.970.080**	**(52.237)**	**4.917.843**

Em 30 de junho de 2017 a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração (”CA”), em emissões que somem, excluídos os aumentos deliberados em Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”), até o limite de 30.700.000 (trinta milhões e setecentos mil) de ações ordinárias. O referido limite considera todos os aumentos de capital realizados dentro do capital autorizado da Companhia, desde a constituição da Companhia, incluindo todos os aumentos de capital deliberados pelo CA. A deliberação do CA que aprovar tais emissões de ações fixará as condições da emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço, a forma e as condições de integralização.

Até 30 de junho de 2017, o total de ações emitidas pelo CA era de 13.421.622 (treze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e duas) ações ordinárias.

b. Prejuízo por ação

A seguir estão reconciliados os prejuízos e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído da controladora e do consolidado.

	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo por ação básico		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(808.132)	(1.150.480)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	49.192	49.192
Prejuízo por ação (em R$) – básico	**(16,42812)**	**(23,38754)**
Prejuízo por ação diluído		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(808.132)	(1.150.480)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	49.192	49.192
Prejuízo por ação (em R$) – diluído	**(16,42812)**	**(23,38754)**

O potencial incremento de ações ordinárias em virtude do aumento de capital por conversão de debêntures ou stock options não foi considerado face existência de prejuízo no exercício.

18 Instrumentos financeiros

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Empréstimos e financiamentos”, “Cédulas de Crédito Bancário” e “Debêntures a pagar”, usados para financiar os empreendimentos em construção, e para capital de giro, todas em condições normais de mercado. Esses instrumentos estão todos reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.4.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Em relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito.

Em 30 de junho de 2017, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5.774	5.931	182.539	200.973	Valor justo por resultado
Aplicações financeiras	4.611	-	61.279	-	Valor justo por resultado
Contas a receber	24.613	24.761	1.586.619	2.022.665	Recebíveis e empréstimos
Mútuos a receber	3.004	2.723	25.953	24.564	Recebíveis e empréstimos
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	-	12.530	91.915	60.165	Recebíveis e empréstimos
Total dos ativos financeiros	**38.002**	**45.945**	**1.948.305**	**2.308.367**	
Passivos financeiros					
Fornecedores	25.355	22.952	298.910	251.319	Passivos financeiros
Contas a pagar por aquisição de imóveis	8.526	4.517	130.137	120.526	Passivos financeiros
Debêntures a pagar	1.830.782	1.580.966	1.830.782	1.580.966	Passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	480.008	430.799	1.327.414	1.401.162	Passivos financeiros
Obrigação por emissão de CCB/CCI	2.177.472	2.041.970	2.437.214	2.312.584	Passivos financeiros
Coobrigação na cessão de recebíveis	-	-	18.790	24.411	Passivos financeiros
Mútuos a pagar	-	-	5.120	-	Passivos financeiros
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	98.014	116.549	172.815	137.413	Passivos financeiros
Outras obrigações	1.697.316	1.374.679	402.581	417.753	Passivos financeiros
Total dos passivos financeiros	**6.317.473**	**5.572.432**	**6.623.763**	**6.246.134**	

i. Valor justo dos ativos e passivos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos, estão apresentados nas Informações Trimestrais de 30 de junho de 2017 e 2016 por valores que se aproximam ao valor de mercado, considerando operações similares.

b. Considerações sobre riscos em instrumentos financeiros

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo, substancialmente: às variações da taxa CDI que remunera suas Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e com Compromissos de Recompra Lastreadas em Debêntures contratadas em Reais (R$); e aos juros sobre os Mútuos a receber contratados a IGPM + 12% a 18% a.a. e CDI + 2% a 3% a.a. A Companhia também está exposta a juros sobre empréstimos bancários contratados entre CDI + 1,35% a.a. e 5,83% a.a. e TR + 11,02% a.a., empréstimos contratados com o Sistema Nacional de Habitação (SNH) entre TR + 8,3% a.a. e 12% a.a e juros sobre as Debêntures emitidas a CDI + 0,9% a.a. e TR + 8,75% a.a.

Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A maior parte dos custos e toda a carteira de recebimentos de projetos não finalizados da Companhia são atualizadas pelo índice INCC.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigentes em 30 de junho de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculados cenários com deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Cenário Provavel		
Operação	**Risco CDI sobre saldo em 30/06/2017**	**I**	**II**	**III**
Certificado de depósito bancário	57.365	10%	8%	5%
Receita projetada		4.270	3.202	2.135
Operações compromissadas e de liquidez imediata	66.413	1%	8%	5%
Receita projetada		6.793	5.095	3.397
Receita projetada total		**11.063**	**8.297**	**5.532**

Considerando a situação atual e eminente alteração das condições e valores das dívidas do Grupo (PDG), devido o pedido e plano de recuperação judicial, em fase de aprovação por parte dos credores, a Companhia não elaborou o estudo de sensibilidade sobre os indexadores atuais das dívidas ao qual a Companhia está exposta, na data-base de 30 de junho de 2017.

Gestão de capital

A gestão de capital é realizada para a manutenção de recursos em caixa compatíveis com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida, menos dívidas para o apoio à produção, dividida pelo patrimônio consolidado. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos, exceto aqueles destinados ao financiamento/apoio à produção, concedidos nas condições do SFH, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra o total do patrimônio consolidado da Companhia, assim como as dívidas contratadas no período findo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, exemplificando sua estrutura de capital próprio e obtida junto a terceiros:

	30/06/2017	31/12/2016
Dívida bruta		
. Dívida Sistema Financeiro da Habitação - SFH	846.413	970.394
. Outras dívidas corporativas	481.001	430.768
Total de empréstimos e financiamentos	**1.327.414**	**1.401.162**
Debêntures a pagar	1.830.782	1.580.966
Cédulas de crédito bancário (CCBs) e coobrigações	2.456.004	2.336.995
Total da dívida bruta	**5.614.200**	**5.319.123**
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(182.539)	(200.973)
Dívida líquida	**5.431.661**	**5.118.150**
(-) Dívida de SFH	(846.413)	(970.394)
(-) Dívida de CCB - Apoio à produção *	(627.861)	(586.770)
(-) Dívida de Debêntures a pagar - Apoio à produção *	(140.864)	(140.864)
Dívida líquida menos dívida com apoio à produção	**3.816.523**	**3.420.122**
Total do patrimônio líquido (PL) consolidado	**(4.184.321)**	**(3.414.502)**
Dívida (sem SFH e Apoio à produção) / PL	-91,2%	-100,2%

*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança
b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

Risco de liquidez
A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando planejamento de fluxo de caixa e revisando mensalmente suas projeções de acordo com os fluxos realizados buscando sempre aumentar a assertividade e revalidação dos fluxos. Damos prioridade a utilização dos recursos advindos do financiamento a produção no âmbito do SBPE e do SFH que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos onde os recursos originados da transferência do repasse da carteira para os bancos é utilizado pelos mesmos na amortização dessa dívida.

Adicionalmente temos dívidas corporativas emitidas na forma de Debêntures, CCBs e CRI's, primordialmente detidas pelos maiores bancos do país, com participação irrelevante de canais de distribuição em mercados de capitais.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos corporativos ou de apoio à produção, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

Risco cambial
Em 30 de junho de 2017, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito
É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em Bancos, Aplicações financeiras substancialmente em títulos públicos e Contas a receber de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo (PDG) adota uma administração conservadora ao realizar aplicações com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, considerando-se as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes.

19 Gerenciamento de risco de negócio

A Companhia voltará a aplicar sua política de gerenciamento de risco de negócio à medida que seu plano de recuperação judicial seja aprovado e implementado.

A política de gerenciamento de risco de negócio da Companhia é assim descrita:

a. Implementação do sistema de controle de risco

Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, que possibilita, por exemplo, acelerar as vendas das unidades para reduzir a sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos.

Tal aceleração ocorre geralmente mediante a redução do preço de venda, alterações nos veículos de mídia empregados, etc.

b. Sistema de controle de risco

O sistema de controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de portfólio de investimentos. São calculadas as perdas potenciais em um cenário de *stress* para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio.

c. Controle do risco de perdas

O risco de um novo empreendimento da Companhia é calculado considerando-se o quanto se pode perder caso, em condições-limite, decida liquidar este investimento. Para tanto, é estabelecido um preço de liquidação, o qual é possível de ser estimado somente em mercados cuja formação de preço é consistente, sendo tal consistência definida como a sensibilidade da demanda a variações de preço. A perda máxima esperada em cada projeto é calculada, e é destacada uma parcela de capital próprio para suportar este risco.

O risco total da Companhia é representado pelo somatório dos riscos individuais de cada projeto. Após o lançamento, o risco do empreendimento é reduzido na proporção da venda das unidades. A Companhia busca o máximo de eficiência para o seu capital, e acredita que tal eficiência é alcançada quando o somatório dos riscos dos projetos individuais é próximo ao total do seu capital disponível.

d. Controle da exposição máxima de caixa

O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados no portfólio da Companhia, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do portfólio como um todo. A projeção de fluxo de caixa auxilia na definição de estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação a quais empreendimentos serão incluídos em seu portfólio.

e. Atuação em mercado com liquidez

Por meio do conhecimento de mercado e com a ajuda de seus parceiros, a Companhia consegue determinar a necessidade de novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Concentra os projetos de acordo com a liquidez de cada localidade geográfica, ou seja, o potencial que cada região apresenta em absorver determinada quantidade de imóveis e de responder às variações de preço.

A Companhia não pretende atuar em mercados em que não existam dados disponíveis nem onde não existam parceiros que detenham conhecimentos específicos sobre esses mercados. Deste modo, acredita reduzir o risco de seus investimentos, por atuar em regiões líquidas, com dados de mercado conhecidos e por se associar a parceiros locais.

f. Riscos operacionais

O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: (i) do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra garantido; (ii) de obras, em que a Companhia contrata empresas especializadas para fiscalizar os serviços prestados pelas construtoras contratadas (qualidade e o cronograma físico-financeiro da obra); (iii) das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; (iv) de documentação e riscos jurídicos; e (v) do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor, e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que possui um programa de gerenciamento adequado com seus objetivos de delimitação de riscos e busca constantemente, no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2017, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Seguro de construção (Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil)	Danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro; cobertura de danos indiretos causados por possíveis erros de projeto; e despesas extraordinárias como desentulho, tumultos, greves etc.	832.848
Seguro garantia de entrega do imóvel	Garante a entrega da obra aos promitentes compradores	1.516
Empresarial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval, tumulto e assegura a perda do aluguel	17.246
D&O	Responsabilidade civil dos Administradores	100.000
		951.610

21 Pagamento baseado em ações

a. Plano de incentivo de longo prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária aprovamos o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na Modalidade de Opção de Compra de Ações, tendo como objetivos:

i. estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;
ii. alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e
iii. possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Os beneficiários elegíveis da modalidade de opção de compra de ações são os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração ("CA") da Companhia.

O CA da Companhia, quando julgar conveniente, aprovará a outorga de opções, elegendo os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Essas opções poderão ser exercidas na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e seu aniversário.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das opções, que será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.

O total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano não excederá 8% (oito por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base neste plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

O preço de exercício a ser pago pelos titulares por opção, terá dedução a título de dividendos e juros sobre capital próprio por ação paga pela Companhia entre a data de outorga e a data de exercício da opção. O valor justo das opções de compra de ações é apresentado utilizando modelo de precificação de opções Black & Scholes, assumindo o pagamento de dividendos conforme premissas apresentadas no quadro abaixo.

Segue resumo das principais características das opções de compras de ações da Companhia, correspondente a este plano, em 30 de junho de 2017:

	ILP - Outorgas realizadas		
Características das emissões:	**1º emissão**	**2º emissão**	**3º emissão**
Data da outorga	19/12/2013	19/12/2014	04/11/2015
Prazo final de exercício	19/12/2018	19/12/2019	04/11/2018
Opções de outorgas emitidas [1]	1.874.639	484.130	2.589.082
Opções canceladas até 30/06/2017:	(1.823.678)	(395.312)	(863.027)
Preço de exercício [2]	91,00	53,00	2,48
Dividendos	7,4%	6,5%	0,0%
Volatilidade	29,9%	25,1%	24,2%
Taxa de juros livre de risco	11,6%	12,7%	13,8%
Maturidade (anos)	5	5	3
% de exercício das opções:			
. No 1º aniversário da outorga	-	-	33%
. No 2º aniversário da outorga	20%	20%	33%
. No 3º aniversário da outorga	20%	20%	33%
. No 4º aniversário da outorga	30%	30%	-
. No 5º aniversário da outorga	30%	30%	-

[1] Opções de outorgas emitidas:	**1º emissão**	**2º emissão**	**3º emissão**
antes do grupamento de 08/10/2015:	93.731.953	24.206.480	-
saldo grupado 50 ações para 1:	1.874.639	484.130	2.589.082
antes do grupamento de 08/10/2015:	1,82	1,06	-
[2] Equivalente no grupamento 50x1	91,00	53,00	2,48

Segue a movimentação das opções de compras de ações da Companhia e percentual de diluição, dos atuais beneficiários, em caso de exercício integral das opções outorgadas:

	ILP - Saldo das outorgas emitidas				Total ações	% Diluição
	1º emissão	**2º emissão**	**3º emissão**	**Totais**	**em circulação**	**aputado [1]**
Saldo a exercer em 31/12/2014	**21.294.444**	**15.251.902**	**-**	**36.546.346**	**2.459.627.859**	**1,49%**
Saldo após Grupamento de ações 50/1	425.889	305.038	-	730.927	49.192.557	
Opções de ações emitidas	-	-	2.589.082	2.589.082		
Saldo a exercer em 31/12/2015	**425.889**	**305.038**	**2.589.082**	**3.320.009**	**49.192.557**	**6,75%**
Canceladas	(83.722)	(62.609)	-	(146.331)		
Saldo a exercer em 31/12/2016	**342.167**	**242.429**	**2.589.082**	**3.173.678**	**49.192.557**	**6,45%**
Canceladas	(291.206)	(153.611)	(863.027)	(1.307.844)		
Saldo a exercer em 30/06/2017	**50.961**	**88.818**	**1.726.055**	**1.865.834**	**49.192.557**	**3,79%**

[1] Número de outorgas de ações a exerer + ações em circulação sobre total de ações em circulação

Até a liquidação do plano em 2019, o valor total da despesa com opções de compra de ações, considerando os cancelamentos ocorridos por saída dos colaboradores, será de R$ 14.452 (31 de dezembro de 2016: R$ 16.075), calculado pelo método “Black & Scholes”, levando em consideração o período de exercício, volatilidade baseada no histórico das ações da Companhia, taxa livre de risco e taxa de dividendos propostos.

Conforme determinado pelo CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM n 564/08, o prêmio dessas opções foi calculado na data da outorga das mesmas e está sendo reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência e à medida que os serviços são prestados.

Durante o período findo em 30 de junho de 2017 foi apropriado e acumulado despesa, no resultado da Companhia, no montante de R$ 25 (30 de junho de 2016: R$ 375).

Os saldos reconhecidos no resultado da Companhia são assim demonstrados:

ILP - Total das despesas com emissões de outorga de ações

Ano	Vr. bruto	Apropriado	A apropriar	Residual
Ref. 1ª emissão:				
2013	38.772	(385)	-	38.387
2014	-	(11.172)	-	27.215
2015	(27.215) [1]	-	-	-
	11.557	**(11.557)**	**-**	
Ref. 2ª emissão:				
2014	4.352	(44)	-	4.308
2015	(853) [1]	(1.283)	-	2.172
2016	(718) [1]	(500)	-	954
2017	(954) [1]	-	-	-
	1.827	**(1.827)**	**-**	
Ref. 3ª emissão:				
2015	1.737	(148)	-	1.589
2016	-	(861)	-	728
2017	(579) [1]	(25)	(23)	101
2018	-	-	(101)	-
	1.158	**(1.034)**	**(124)**	
Saldo em 30/06/2017	**14.542**	**(14.418)**	**(124)**	**-**
Saldo em 31/12/2016	**16.075**	**(14.393)**	**-**	**1.682**

[1] Valor apurado no cancelamento das opções outorgadas por saída de colaboradores

22 Informações por segmento

A Companhia revisa a forma de avaliação de seus negócios e entende que suas unidades de negócio não significam segmentos diferentes, mas sim subdivisões do segmento imobiliário. Não apresentando desta forma informações por segmento.

23 Receita operacional líquida

Segue a abertura da receita operacional líquida da Companhia nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Vendas imobiliárias	1.692	2.541	10.039	14.147	394.449	564.975	406.447	890.588
(-) Distratos incorridos	(996)	(996)	(1.566)	(6.328)	(248.954)	(292.066)	(284.719)	(629.061)
Receita de vendas imobiliárias	**696**	**1.545**	**8.473**	**7.819**	**145.495**	**272.909**	**121.728**	**261.527**
Outras receitas operacionais	142	142	120	2.431	5.107	7.419	22.793	52.695
Receita bruta	**838**	**1.687**	**8.593**	**10.250**	**150.602**	**280.328**	**144.521**	**314.222**
(-) Deduções da receita	(207)	(847)	(633)	(1.796)	7.595	(4.115)	(24.688)	(54.603)
Receita operacional líquida	**631**	**840**	**7.960**	**8.454**	**158.197**	**276.213**	**119.833**	**259.619**

24 Custos das unidades vendidas

Segue a abertura dos custos dos imóveis vendidos da Companhia nos exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Custos das unidades vendidas	(1.391)	(4.393)	(5.950)	(9.186)	(266.147)	(419.101)	(338.119)	(692.929)
(-) Distratos incorridos	527	527	(130)	2.541	178.186	219.179	185.549	405.961
Custo de vendas imobiliárias	**(864)**	**(3.866)**	**(6.080)**	**(6.645)**	**(87.961)**	**(199.922)**	**(152.570)**	**(286.968)**
Encargos capitalizados	(83)	(1.121)	(360)	(669)	(12.875)	(16.870)	(24.337)	(45.723)
Custo dos imóveis vendidos	**(947)**	**(4.987)**	**(6.440)**	**(7.314)**	**(100.836)**	**(216.792)**	**(176.907)**	**(332.691)**

25 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Receitas financeiras								
Rendimento de aplicações financeiras	761	1.096	291	1.202	3.318	10.071	9.279	20.265
Variação monetária, juros e multas	2.796	3.131	2.024	4.759	9.354	525	11.326	38.070
Outras receitas financeiras	200	410	360	485	2.320	2.701	3.056	6.708
	3.757	**4.637**	**2.675**	**6.446**	**14.992**	**13.297**	**23.661**	**65.043**
Despesas financeiras								
Juros de empréstimos	(310.429)	(435.877)	(151.418)	(321.606)	(357.918)	(515.986)	(214.144)	(446.328)
Despesas bancárias	(2)	(7)	(7)	(18)	(186)	(545)	(670)	(1.674)
Outras despesas financeiras	(592)	(1.793)	(2.162)	(4.596)	(8.731)	(32.715)	(5.493)	(16.912)
Total de despesas financeiras	**(311.023)**	**(437.677)**	**(153.587)**	**(326.220)**	**(366.835)**	**(549.246)**	**(220.307)**	**(464.914)**
Juros capitalizados (Nota 6)	81	662	11	304	7.015	15.984	10.000	22.749
	(310.942)	**(437.015)**	**(153.576)**	**(325.916)**	**(359.820)**	**(533.262)**	**(210.307)**	**(442.165)**
Total do resultado financeiro	**(307.185)**	**(432.378)**	**(150.901)**	**(319.470)**	**(344.828)**	**(519.965)**	**(186.646)**	**(377.122)**

26 Despesas administrativas

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Salários e encargos	(147)	(1.321)	163	(669)	(13.936)	(31.521)	(21.356)	(43.771)
Honorários da administração	(2.144)	(4.552)	(8.947)	(16.871)	(2.144)	(4.552)	(8.905)	(16.874)
Stock options	(13)	(25)	(372)	(747)	(13)	(25)	(372)	(747)
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	(6.000)	(11.005)
Salários e encargos	**(2.304)**	**(5.898)**	**(9.156)**	**(18.287)**	**(16.093)**	**(36.098)**	**(36.633)**	**(72.397)**
Honorários advocatícios e despesas judiciais	(192)	(192)	(232)	(1.277)	(195)	(246)	(1.038)	(5.448)
Manutenção de informática	(1.858)	(4.578)	(1.414)	(3.672)	(2.209)	(7.592)	(2.464)	(5.251)
Consultoria	(7.757)	(22.943)	(2.675)	(2.880)	(8.151)	(23.733)	(3.475)	(5.307)
Outros serviços	(4)	(4)	93	-	(538)	(1.488)	(2.146)	(3.798)
Prestação de Serviços	**(9.811)**	**(27.717)**	**(4.228)**	**(7.829)**	**(11.093)**	**(33.059)**	**(9.123)**	**(19.804)**
Viagens	-	-	-	-	(443)	(947)	(570)	(1.100)
Telecomunicações e internet	(361)	(754)	(961)	(1.522)	(421)	(1.053)	(1.404)	(3.492)
Aluguel e reforma de imóveis	-	(2)	-	(68)	(509)	(2.061)	(4.832)	(8.226)
Outras despesas	(482)	(964)	(143)	(920)	(1.240)	(2.659)	(2.758)	(5.085)
Outras despesas administrativas	**(843)**	**(1.720)**	**(1.104)**	**(2.510)**	**(2.613)**	**(6.720)**	**(9.564)**	**(17.903)**
Total	**(12.958)**	**(35.335)**	**(14.488)**	**(28.626)**	**(29.799)**	**(75.877)**	**(55.320)**	**(110.104)**

27 Despesas de vendas

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Propaganda, publicidade e demais	-	(9)	(675)	(1.118)	(2.275)	(6.983)	(20.687)	(36.192)
Comissões e premiações sobre vendas	(2)	(67)	(231)	(467)	(198)	(2.701)	(9.048)	(15.968)
Estande de vendas	-	-	(10)	(21)	(586)	(1.293)	(1.586)	(3.632)
Total	**(2)**	**(76)**	**(916)**	**(1.606)**	**(3.059)**	**(10.977)**	**(31.321)**	**(55.792)**

28 Outras despesas e receitas operacionais e ganhos e perdas de capital em participações societárias

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
Outras despesas/ receitas operacionais [1]								
Contas a receber de clientes								
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(890)	(42)	27	29	40.373	14.663	46.464	44.351
Provisão para contingências jurídicas								
. Adições e reversões	591	26.512	524	1.821	(37.151)	(40.896)	(63.091)	(101.086)
Estoque de imóveis a comercializar								
- Impairment e demais	-	-	-	-	(167.180)	(172.788)	1.620	(13.922)
Investimentos, cessão de incorporação e contas correntes	(7.849)	(7.849)	(161.768)	(169.764)	(23.253)	7.413	(308.143)	(316.874)
Intangível (Nota 9b)	(53.491)	(53.491)	-	-	(53.491)	(53.491)	-	-
Demais contas patrimoniais	(34.241)	(50.683)	(4.225)	(4.225)	(127.750)	(154.358)	(67.887)	(89.513)
Total outras despesas/ receitas operacionais	**(95.880)**	**(85.553)**	**(165.442)**	**(172.139)**	**(368.452)**	**(399.457)**	**(391.037)**	**(477.044)**
[1] Contas na demonstração de resultado:								
. Outras receitas operacionais	-	-	-	802	-	-	4.070	17.196
. Perdas em participações societárias	-	-	(123.921)	(127.767)	(18.536)	(23.964)	(128.212)	(143.026)
. Outras	(95.880)	(85.553)	(41.521)	(45.174)	(349.916)	(375.493)	(266.895)	(351.214)
	(95.880)	**(85.553)**	**(165.442)**	**(172.139)**	**(368.452)**	**(399.457)**	**(391.037)**	**(477.044)**

29 Auditores independentes

O Grupo PDG nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 308/1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos consecutivos, celebrou contrato de prestação de serviços de auditoria independente com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas Informações Trimestrais a partir do exercício de 2017. Não há outros serviços prestados em 2017 pela (“EY”) para Companhia.

30 Outras informações

A Companhia possui no seu estatuto social, no capítulo VIII e artigo 39, a definição quanto a conflitos comerciais, conforme segue:
Solução de controvérsias via arbitragem: a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional,

pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

31 Eventos Subsequentes

Em 11 de agosto de 2017, o Sr. Rafael Salvador Grisolia apresentou sua renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia por motivos de ordem profissional e pessoal. Em decorrência da renúncia do Sr. Rafael Salvador Grisolia, o Sr. Pedro Bulhões Carvalho da Fonseca, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, assumirá o cargo de presidente interino do Conselho de Administração até que os demais integrantes desse órgão elejam um novo membro para o Conselho de Administração e procedam com a eleição de um novo presidente, nos termos dos artigos 12, §1º e 13 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 150 da Lei nº 6.404/76.

FORMULÁRIO CONSOLIDADO

Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 06/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho de Administração possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	**(X) Conselho de Administração**	**( ) Diretoria**		**( ) Conselho Fiscal**		**( ) Órgãos Técnicos ou Consultivos**	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos			Quantidade		% de participação	
						Mesma Espécie/Classe	Total
Ações*	Ordinárias			0		0,00%	0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição			0		0,00%	0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R$)	Volume (R$)
Ações	Ordinárias			**TOTAL**	**0**		**0,00**
PDGR11	Bônus de Subscrição			**TOTAL**	**0**		**0,00**
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade		% de participação	
						Mesma Espécie/Classe	Total
Ações*	Ordinárias			0		0,00%	0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição			0		0,00%	0,00%

*** Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.**

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Conselheiros de Administração da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 06/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho de Administração possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	**() Conselho de Administração**	**(X) Diretoria**		**( ) Conselho Fiscal**		**( ) Órgãos Técnicos ou Consultivos**	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos			Quantidade		% de participação	
						Mesma Espécie/Classe	Total
Ações*	Ordinárias			10		0,00%	0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição			0		0,00%	0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R$)	Volume (R$)
Ações	Ordinárias			**TOTAL**	**0**		**0,00**
PDGR11	Bônus de Subscrição			**TOTAL**	**0**		**0,00**
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade		% de participação	
						Mesma Espécie/Classe	Total
Ações*	Ordinárias			10		0,00%	0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição			0		0,00%	0,00%

*** Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.**

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Diretores da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 06/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho de Administração possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	**() Conselho de Administração**	**() Diretoria**		**(X) Conselho Fiscal**		**( ) Órgãos Técnicos ou Consultivos**	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos			Quantidade		% de participação	
						Mesma Espécie/Classe	Total
Ações*	Ordinárias			0		0,00%	0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição			0		0,00%	0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R$)	Volume (R$)
Ações	Ordinárias			**TOTAL**	**0**		**0,00**
PDGR11	Bônus de Subscrição			**TOTAL**	**0**		**0,00**
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade		% de participação	
						Mesma Espécie/Classe	Total
Ações*	Ordinárias			0		0,00%	0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição			0		0,00%	0,00%

*** Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.**

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Conselheiros Fiscais da Companhia.

Acionista		Nº Ações
Pessoa Física	52,52%	25.834.677
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda	22,38%	11.011.480
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	11,66%	5.737.130
Diretoria	0,00%	10
Outros	13,44%	6.609.260
Total de ações emitidas	**100%**	**49.192.557**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais – ITR, emitido com Abstenção de conclusão

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem, o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC21(R1) – Demonstração Intermediária ("CPC21(R1)") e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC21(R1) e a IAS34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, que considera a Orientação OCPC04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em função dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão

1. Conforme descrito nas Notas Explicativas 1.b e 1.c, em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia e determinadas controladas ajuizaram no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o pedido de recuperação judicial. Em 27 de março de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o pedido de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas. Em 6 de junho de 2017, à Administração apresentou nos autos do processo, o plano de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas. O plano, encontra-se em fase de discussão, podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização de Assembleia Geral de Credores, a qual será oportunamente convocada pelo juiz responsável sobre a recuperação judicial. Considerando sua situação patrimonial e financeira, e que a Companhia e suas controladas estão em fase de apresentação e discussão com os credores e stakeholders do plano de recuperação judicial, a continuidade operacional da Companhia, ainda é incerta, e dependerá do desfecho e aprovação do referido plano em assembleia geral de credores e consequentemente da sua posterior concretização.

2. Cabe mencionar que, no trimestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízo do período, individual e consolidado, de R$808.132 mil e R$799.688 mil, respectivamente, além de apresentarem capital circulante líquido negativo individual e consolidado de R$4.471.648 mil e R$4.073.773 mil, respectivamente, e patrimônio líquido negativo individual e consolidado de R$4.180.308 mil e R$4.184.321 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e dúvida quanto a base para preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 30 de junho de 2017, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Devido ao fato da Companhia depender do êxito na aprovação e execução do plano de recuperação judicial, conforme mencionado acima, no parágrafo 1, e este ainda encontrar-se em fase de apresentação e discussão com os credores, não nos foi possível, concluir se as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como registro de provisões adicionais, ou suficiência das provisões registradas, o lançamento futuro de novos empreendimentos, o pagamento de Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Obrigações por emissões de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito Imobiliário, Outras obrigações, dentre outros passivos e provisões, dependem da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial e são fatores

4. Adicionalmente, o prejuízo individual e consolidado apurado no trimestre findo em 30 de junho de 2017, está superavaliado em R$151.716 mil e em R$163.582 mil, respectivamente, tendo em vista que a Companhia reconheceu, intempestivamente, no resultado de três e seis meses findo nessa data, determinados ajustes no balanço patrimonial originados em exercício anterior. O reconhecimento intempestivo desses ajustes foi reconhecido integralmente no resultado dos trimestres findos em, 31 de março de 2017 e 30 de junho de 2017, regularizando as contas patrimoniais, incluindo o patrimônio líquido da Companhia em relação àquele anteriormente apresentado em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, a ressalva limita-se aos efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017. Tais fatos demonstraram deficiência significativa no processo de encerramento das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas.

5. Conforme mencionado na Nota 14.a.i, no contexto da adesão da Companhia e de determinadas controladas ao Programa de Regularização Tributária ("PRT"), foram reconhecidos no semestre créditos tributários sobre prejuízos fiscais nos montantes de R$87.164 mil, na Controladora, do qual R$64.879 foi transferido às suas controladas, e R$196.194 mil, no Consolidado, sendo que os créditos foram utilizados para a compensação de passivos tributários que totalizavam R$29.322 mil, na Controladora, e R$258.052, no Consolidado. O programa prevê cancelamento do benefício da compensação tributária, com a consequente cobrança integral da dívida tributária, em determinados casos e situações, sobre os quais incluem inadimplência, decreto de falência, dentre outros, além do fato que há a necessidade da homologação da adesão ao programa pelos órgãos federais competentes. Há incerteza significativa quanto ao cumprimento dos requerimentos exigidos para a manutenção no PRT e ao seu pagamento integral, considerando a situação financeira da Companhia e de suas controladas e também em decorrência das incertezas quanto à aprovação e cumprimento do plano de recuperação judicial, conforme mencionados nos parágrafos 1 a 3, acima.

6. As incertezas significativas e os assuntos comentados nos parágrafos 1) ao 5) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências, apropriadas e suficientes, que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), e as consolidadas, de acordo com o CPC21 (R1) e o IAS 34, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo CPC e aprovada pela CVM e CFC, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21 (R1)). As informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil (IAS 34, para as informações intermediárias), consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa 2 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre estas demonstrações em relação as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Valores correspondentes

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016 e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria com abstenção de opinião em decorrência da incerteza significativa sobre o uso do pressuposto de continuidade para a elaboração das demonstrações financeiras e do estágio do plano de recuperação judicial, conforme descrito na seção “Base para abstenção de opinião” originalmente emitido, e de revisão com parágrafos de ênfase sobre a continuidade operacional da Companhia e sobre o mesmo assunto descrito acima na seção “Ênfase”, em 29 de março de 2017 e 10 de agosto de 2016, respectivamente.

São Paulo, 14 de agosto de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata

Contador CRC-1SP221749/O-0 Contador CRC-1SP209240/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte parecer: “O Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 11 de agosto de 2017, analisou o Relatório da Administração e as Informações trimestrais referentes ao período findo em 30 de junho de 2017, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas. Com base nas revisões efetuadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal concluiu que o relatório da administração e as Informações trimestrais citadas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e condizentes com as normas legais aplicáveis.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1°, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, n° 1.955, 10º andar, CEP 04548 -005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações trimestrais da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 14 de agosto de 2017.

VLADIMIR KUNDERT RANEVSKY

Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente Financeiro e

Diretor de Relações com Investidores

NATALIA MARIA FERNANDES PIRES

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1°, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, n° 1.955, 10º andar, CEP 04548 -005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 (“Companhia”), nos termos do inciso v, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes) referentes às Informações trimestrais da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 14 de agosto de 2017.

VLADIMIR KUNDERT RANEVSKY

Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente Financeiro

Diretor de Relação com investidores